



16 DE MAIO DE 2016

Segunda-feira

- PARANÁ REABRE PRAZO PARA ADEÇÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO DE ICMS (DECRETO Nº 3.990/2016)
- METALÚRGICOS DA KARMANN GHIA ACAMPAM NA FÁBRICA EM SBC
- VOLKS PEDE FÉRIAS COLETIVAS A QUASE 90% DOS EMPREGADOS EM TAUBATÉ, DIZ SINDICATO
- VOLVO CONFIRMA OCIOSIDADE DE 400 TRABALHADORES NA FÁBRICA EM CURITIBA
- VENDA DE CARROS LEVARÁ DEZ ANOS PARA SE RECUPERAR
- TEMER CHAMA CENTRAIS PARA NEGOCIAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- MEIRELLES PREVÊ MEDIDAS DURAS E NEGOCIA TRIBUTOS TEMPORÁRIOS
- 5 RISCOS INTERNACIONAIS QUE PODEM SER UM PROBLEMA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA
- MEIRELLES DIZ QUE FAZENDA VAI CORTAR "PRIVILÉGIOS DOS QUE NÃO PRECISAM"
- BAIXA PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA É ENTRAVE AO CRESCIMENTO DO PAÍS
- ENTIDADES DE DEZ PAÍSES REFORÇAM COMBATE AO EXCESSO DE PRODUÇÃO DE AÇO
- COPEL INVESTIU R\$ 890 MILHÕES NO PRIMEIRO TRIMESTRE
- SINISTROS CRECEM E SEGURADORAS TÊM TRIMESTRE DE RESULTADOS MAIS FRACOS
- CONSUMO NO BRASIL VOLTA AOS NÍVEIS DE 2010
- SÓ 48% DAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS SÃO '4.0'
- DESEMPREGO CASTIGA OS MAIS QUALIFICADOS
- BNDES REGISTRA LUCRO DE R\$ 1,6 BILHÃO NO 1º TRIMESTRE
- VOLKSWAGEN INAUGURA LINHA DE USINAGEM DE VIRABREQUIM
- A RESSURREIÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA
- LIEBHERR INVESTE PARA OFERECER RETROFITTING NO BRASIL
- INDEX: PARA EXPORTAR, INDÚSTRIA PRECISA DE TECNOLOGIA DE PONTA
- KORLOY LANÇA A RM3P PARA FRESAMENTO A 90º
- MERCADO ESTÁ EM BUSCA DE TECNOLOGIA, DIZ A MAZAK
- FAGOR DESTACA LINHA DE ENCODERS NA MECÂNICA 2016

- GRUPO VW VENDE 3,36 MILHÕES DE VEÍCULOS ATÉ ABRIL
- VENDAS DE PNEUS CAEM 3% NO PRIMEIRO TRIMESTRE
- CAAS ABRE NO BRASIL 1ª FÁBRICA FORA DA CHINA
- NOVA FÁBRICA DA HELLA RECEBERÁ MAIS INVESTIMENTO
- MINISTRO DA FAZENDA JÁ SOFRE PRESSÃO DE EMPRESÁRIOS E SINDICALISTAS ALIADOS
- GÁS NATURAL AMPLIA COMPETITIVIDADE ANTE ELETRICIDADE E ÓLEO, INDICA PESQUISA
- UE AMPLIA INVESTIGAÇÃO COMERCIAL CONTRA AÇO LAMINADO A QUENTE DA CHINA
- EMPRESÁRIO DIGITAL TEM QUE IR ALÉM DO CUMPRIMENTO DA LEI
- MEIRELLES DIZ QUE NÃO VAI RETIRAR CPMF DO CONGRESSO E FALA EM IMPOSTO TRANSITÓRIO
- HÁ MARGEM ENORME PARA TAXAÇÃO DE RICOS NO BRASIL, DIZ DIRETOR DO FMI
- ECONOMISTAS VEEM QUEDA MAIOR DO PIB NESTE ANO E CORTAM INFLAÇÃO EM 2017
- EMPRESAS RECEIAM AUMENTO DE TRIBUTAÇÃO
- ARTIGO: RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS
- DESEMPREGO ADIA PARA 2018 RECUO DA INADIMPLÊNCIA
- SALVADOR DE MONTADORAS APOSTA GRANDE E PÕE IMAGEM EM XEQUE
- MERCEDES FAZ SEU SEDÃ MAIS FAMOSO RODAR SEM MOTORISTA
- NOVO MINISTRO DA FAZENDA FALA SOBRE CORTES, INFLAÇÃO E PREVIDÊNCIA
- COMO SE REINVENTAR NO TRABALHO
- LUCRO DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO CAI 33,9% NO 1º TRI, REVELA ECONOMATICA
- INVESTIDORES ESTRANGEIROS APOSTAM NA RECUPERAÇÃO DO BRASIL
- SALÁRIO MÍNIMO "NECESSÁRIO" É DE R\$ 3.716,77, DIZ DIEESE

CÂMBIO		
EM 16/05/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,500	3,501
Euro	3,964	3,966

Fonte: BACEN

Paraná reabre prazo para adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado de ICMS (Decreto nº 3.990/2016)

16/05/2016 - Fonte: Gaia, Gaede & Associados

O Governo do Estado do Paraná, por meio do Decreto nº 3.990/2016, reabriu o prazo para adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) de que trata a Lei nº 18.468/2015, regulamentada pelo Decreto nº 1.932/2015, no período de 10/05/2016 a 15/07/2016.

O PPI é destinado à regularização de débitos tributários de ICMS, com redução de multa e juros, mediante pagamento de parcela única ou de parcelamento em até 120 meses, em razão de fatos geradores ocorridos até 31/12/2014.

No caso de pagamento em parcela única, o valor total do débito poderá ter a exclusão de 75% do valor da multa e de 60% do valor dos juros. Já para o parcelamento em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, os benefícios consistem na exclusão de 50% do valor da multa e de 40% do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa.

De acordo com o Decreto nº 3.990/2016, a adesão ao PPI deverá ser efetivada até às 18 horas do dia 15/07/2016, com a indicação de todos os débitos que o contribuinte pretende parcelar, devendo a primeira parcela ser paga até o último dia útil do mês de adesão, e as demais parcelas até o dia 25 dos meses subsequentes.

Informamos que as parcelas mensais dos programas serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial Selic, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento.

O contribuinte que desejar quitar os débitos em parcela única deverá efetuar o recolhimento com as reduções até o dia 15/07/2016.

Em relação às dívidas ativas ajuizadas, o pagamento de honorários perante a Procuradoria Geral do Estado, no valor máximo de 1% do crédito executado, bem como das custas processuais, deverá ser feito até o dia 29/07/2016.

Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcial do débito, deverá informar ao fisco o valor que pretende pagar em parcela única ou parcelar, bem como a data-base e o respectivo valor original. O requerimento deverá ser apresentado ao diretor da Coordenação da Receita do Estado (CRE) até o dia 08/07/2016.

Metalúrgicos da Karmann Ghia acampam na fábrica em SBC

16/05/2016 - Fonte: Automotive Business

Um grupo de 200 metalúrgicos da Karmann Ghia iniciaram na manhã da sexta-feira, 13, acampar por tempo indeterminado no interior da fábrica em São Bernardo do Campo (SP).

Segundo o sindicato da categoria na região do ABC Paulista, a mobilização tem como objetivo assegurar os direitos dos trabalhadores a fim de que desenrole na justiça a situação legal da companhia. A empresa é especializada em estamparia, ferramentaria e montagem de autopeças.

Segundo Carlos Caramelo, diretor do sindicato dos metalúrgicos do ABC, há cerca de

um mês, os proprietários da Karmann Ghia iniciaram uma negociação com o Grupo Gitan Incorporação e Construção para a venda da fábrica.

De acordo com ele, o grupo interessado já havia, inclusive, feito contato com o comitê sindical para debater as formas de quitar o passivo com os trabalhadores, o que inclui pagamento de salários e benefícios atrasados. Contudo, um impasse jurídico entre os atuais e antigos proprietários colocou a negociação em estado suspenso.

“Essa insegurança jurídica deixa os trabalhadores numa situação ainda mais difícil. Queremos saber quem vai pagar as dívidas para com os empregados, aqueles que viabilizaram a sustentação da fábrica até o momento”, ressalta Caramelo.

Ainda de acordo com o diretor sindical, atualmente são 320 trabalhadores na fábrica com salários atrasados e outros 260 já demitidos que não receberam suas indenizações quitadas. “Vamos permanecer acampados e pressionar para que haja uma solução”, destaca.

HISTÓRICO

A empresa vive histórico de dificuldades desde o início de 2014, período em que demitiu e atrasou os pagamentos tanto dos trabalhadores ativos como dos demitidos. A crise foi desencadeada no fim de 2013, quando a Volkswagen, então responsável por grande parte do faturamento da Karmann Ghia, anunciou o fim das linhas de Kombi e do Gol G4.

Em 2014, após o Grupo Nardini ter adquirido a companhia – que também pertenceu ao Grupo Brasil - o faturamento até se recuperou e embora a estimativa da Karmann era o de manter um bom desempenho até o fim de 2015, a crise no setor automotivo fez com que muitos pedidos fossem congelados, resultando em falta de recursos para honrar as dívidas.

Com isso, há quase um ano, em 26 de maio de 2015, a Karmann Ghia abriu falência na 8ª Vara de São Bernardo do Campo. À época, os valores devidos pela empresa não foram revelados.

Volks pede férias coletivas a quase 90% dos empregados em Taubaté, diz sindicato

16/05/2016 - Fonte: R7

A Volkswagen pediu férias coletivas a quase 90% dos seus empregados em Taubaté, no interior de São Paulo, informou nesta sexta-feira, 13, o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté.

A fábrica da montadora na cidade conta com 4,5 mil funcionários, dos quais 4 mil entrarão em férias coletivas entre os dias 30 de maio e 18 de junho, se o pedido for aceito. O retorno ao trabalho seria no dia 20 de junho.

De acordo com o sindicato, a empresa, que enviou os documentos nesta tarde, alegou ao Ministério do Trabalho que precisa adequar o seu processo produtivo. A medida é tomada em meio a uma forte queda na venda de veículos no Brasil.

No ano passado, o recuo foi de 26,5% e, no acumulado de janeiro a abril deste ano, a retração é de 27,9%. Nos últimos 12 meses, 11,2 mil vagas de emprego foram eliminadas pela indústria automobilística.

O sindicato também informou que, na segunda-feira, a fábrica não vai montar nenhum carro por falta de bancos. A empresa responsável pela entrega dos assentos é a Keiper. A fábrica da Volkswagen em Taubaté produz os modelos up!, Gol e Voyage.

Volvo confirma ociosidade de 400 trabalhadores na fábrica em Curitiba

16/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O presidente da Volvo na América Latina, Carlos Morassutti, afirma que a fábrica com sede em Curitiba da montadora está com 400 funcionários ociosos desde o fim do ano passado, reflexo da pior crise que a empresa vive desde quando chegou ao Brasil, em 1977.

Ele diz que as vendas de caminhões devem cair de 15% a 20% neste ano, mesmo após já terem sofrido uma baixa de 60% em 2015, levando a operação brasileira a apresentar prejuízo no ano passado.

“Passamos de 25 mil caminhões por ano para 10 mil, então você imagina o impacto disso na nossa produção”, disse Morassutti em entrevista à Gazeta do Povo. De acordo com o presidente da Volvo, a crise atingiu fortemente a montadora em 2015, que fez uma série de ajustes internos para otimizar a produção.

Mas, com a redução no número de vendas, que chegaram a 6,7 mil unidades em 2015, 64% abaixo dos 18,8 mil veículos comercializados no ano anterior, a redução no quadro de funcionários tornou-se inevitável. Em 2015, a indústria propôs um Plano de Demissão Voluntária (PDV) aos funcionários, que teve a adesão de cerca de 500 trabalhadores que vieram a ter seus contratos rescindidos em dezembro.

Segundo Morassutti, mesmo com o PDV, a montadora continuou com 400 trabalhadores ociosos na fábrica, que opera atualmente com um terço da capacidade instalada e apenas um turno de produção.

A Volvo, nas palavras do presidente, propôs ao sindicato manter os empregos dos funcionários em troca de postergar o reajuste previsto para setembro, conforme data-base, e redução de R\$ 5 mil na Participação dos Lucros e Resultados (PLR) a ser paga aos colaboradores no fim do ano.

Sindicato

O vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Nelson Silva de Souza, afirma, porém, que a Volvo não teria dado qualquer garantia de que manteria os 400 postos de trabalho. Por isso, segundo o SMC, a proposta foi recusada e os funcionários da montadora avisados dos planos de demissão.

Uma paralisação foi deflagrada nesta terça-feira (10) pelos trabalhadores da Volvo em protesto contra as possíveis demissões. Na quinta-feira (12), a Volvo propôs aos funcionários um novo Plano de Demissão Voluntária (PDV) com adesão até o fim deste mês e aceitou diminuir o número de demissões de 400 para 250 pessoas, todos do chão de fábrica.

A proposta foi recusada em uma assembleia realizada ontem, com 645 votos contra, 452 a favor e cinco em branco. O sindicato quer que a Volvo estenda o prazo de adesão do PDV até o fim do ano, para manter os empregos por, pelo menos, mais seis meses, ou que recorra a layoff ou ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) do governo federal.

O presidente da Volvo na América Latina afirma que não vai apresentar uma nova proposta, pois as duas que foram colocadas na mesa estão "mais do que razoáveis devido ao momento do país". Segundo ele, cabe aos trabalhadores decidir se abrem mão de parte do PLR e do reajuste em troca da manutenção de todos os empregos ou se aceitam o PDV com previsão de demissão de até 250 pessoas.

Enquanto o impasse não se revolve, as atividades na fábrica da Volvo, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) continuam paradas. A montadora tem 3,2 mil funcionários e produz caminhões, chassis de ônibus, cabines, caixas de câmbio e motores.

Crise econômica

Em entrevista à Gazeta do Povo, o presidente da Volvo na América Latina, Carlos Morassutti, disse que chegamos "ao fundo do poço como país". A montadora vive a pior crise da sua história no Brasil, com redução de quase 30% nas vendas de caminhões só no primeiro trimestre deste ano.

Mas, com o afastamento de Dilma Rousseff por até 180 dias e com Michel Temer assumindo a presidência interinamente, há um otimismo no setor, diz Morassutti. "Estamos vendo de forma bastante positiva as medidas anunciadas pelo novo governo."

O presidente da Volvo acredita que a nova equipe econômica pode destravar a economia, medida fundamental para a retomada de investimentos. Ele diz que a adesão de uma política industrial com financiamento do BDNES, acesso ao crédito e estímulo à renovação de frota deve melhorar o setor – mas em médio e longo prazo. "Não acredito que vamos ver uma recuperação rápida nas vendas", conclui.

Venda de carros levará dez anos para se recuperar

16/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Após nove anos de crescimento contínuo, o mercado de carros novos freou em 2013 e, desde então, só acumula retrações. Neste ano, pelas projeções do setor, as fábricas devem comercializar no país perto de 2 milhões de veículos, o que significará retroceder ao mercado de dez anos atrás, quando havia nove fábricas a menos do que hoje.

"A capacidade ociosa cresceu muito e, mesmo que ocorra uma recuperação do mercado, vai levar pelo menos uma década para o setor recuperar a plena capacidade", diz João Moraes, economista da Tendências Consultoria, especialista em setor automotivo. Ele lembra que o ambiente de insegurança afugenta o consumidor de bens de alto valor, como o automóvel. "O que o governo de Michel Temer precisa fazer é gerar um cenário de maior previsibilidade."

Não faz muito tempo o cenário era outro. Os anos de bonanza, regados a crédito farto, incentivos fiscais, aumento da renda e queda do desemprego elevaram o mercado brasileiro de um patamar de vendas de 1,57 milhão de carros e caminhões em 2004 (um ano após o ex-presidente Lula assumir a Presidência) para 3,8 milhões em 2012 (também um ano após a posse de Dilma Rousseff, afastada do cargo na semana passada).

A partir de 2013, o mercado começou a regredir. Foram vendidos 3,76 milhões de veículos, volume que baixou para 3,49 milhões no ano seguinte e para 2,56 milhões em 2015.

De janeiro a abril deste ano as vendas caíram 27,9% ante igual período de 2015, somando 644,2 mil veículos.

A produção de veículos acompanha a queda drástica das vendas e hoje as montadoras operam com menos da metade de sua capacidade instalada, de cerca de 5 milhões de veículos anuais.

Temer chama centrais para negociar reforma da Previdência

16/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Preocupado com a repercussão das declarações dos ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Eliseu Padilha (Casa Civil), de que o governo irá adotar a idade mínima ou aumentar o tempo da contribuição previdenciária, o presidente interino Michel Temer convocou uma reunião para esta segunda-feira, às 15h, com as centrais sindicais.

Foram chamados os presidentes da Força Sindical, UGT, Nova Central e CSB. Temer também convidou a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CTB, ligadas ao PT e ao PCdoB, respectivamente. Ambas ainda não deram resposta.

O presidente da Força, deputado Paulo Pereira da Silva (SDD-SP), um dos líderes do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara, disse que o governo Temer começou errado, sem consultar as centrais sindicais antes de propor pontos da reforma previdenciária.

“Vamos dizer para ele que já há na legislação uma idade mínima, que são os 90/100 de soma da idade e tempo de contribuição. Acreditamos que a situação da Previdência não é tão ruim como o governo fala”, afirmou.

O deputado admitiu, no entanto, que se a proposta de adoção da idade mínima for para quem ainda não ingressou no mercado de trabalho, a ideia é “conversável”. Além do presidente, participarão da reunião os ministros Meirelles, Padilha e Ronaldo Nogueira (Trabalho). A ideia é iniciar as negociações também sobre mudanças na legislação trabalhista.

Dias depois da aprovação do impeachment na Câmara, quatro centrais entregaram a Temer um documento pedido, entre outros, que não sejam retirados direitos dos aposentados:

“O Brasil que queremos é resultado da seguinte agenda: implantação urgente de uma política de desenvolvimento nacional; mudanças e redirecionamento da política econômica; retomada, ampliação e adoção de políticas de geração de empregos, renda e direitos sociais; correção da tabela do Imposto de Renda; criação de condições para o aumento da produção e da exportação; juros menores, voltados ao consumo e aos investimentos no comércio e na indústria; manutenção e ampliação dos programas voltados para a diminuição das desigualdades sociais; fortalecimento da política de valorização do salário mínimo como forma de distribuir renda; não à retirada de direitos na Reforma da Previdência”, diz um trecho do documento.

Meirelles prevê medidas duras e negocia tributos temporários

16/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou na última sexta-feira (13) que o novo governo vai anunciar medidas para reverter a trajetória de crescimento da dívida pública que precisam ser viáveis e não podem ser revertidas. Segundo ele, as medidas não serão anunciadas neste primeiro momento, porque o governo precisa analisar primeiro os números deixados pelos antecessores.

Para o ministro, o principal responsável pela crise econômica é a trajetória de crescimento da dívida pública, que classificou como insustentável.

Meirelles afirmou que as medidas adotadas nesse sentido, que devem ser concretas e com grande chances de aprovação no Congresso, não farão com que a dívida passe a cair imediatamente. Mas contribuirão para elevar a confiança de empresas e consumidores em relação à reversão futura desse processo de aumento.

Meirelles afirmou mais de uma vez que o governo terá de adotar medidas “duras” e disse estar confiante na capacidade de ter o apoio do Congresso e da população para fazer o que julgar necessário para conter a queda do emprego e da renda. “O Congresso reflete a sociedade, e a sociedade está amadurecida para medidas de ajuste importantes. O que não é possível é continuar como está”, afirmou.

O ministro também cogita negociar a aplicação de tributos temporários a fim de equilibrar a dívida pública, inclusive a CPMF. “Caso seja necessário um tributo, ele será aplicado, mas de modo temporário”, disse.

5 riscos internacionais que podem ser um problema para a economia brasileira

16/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

O Brasil causou praticamente sozinho a crise que provocou a pior recessão de sua história. Uma sucessão de políticas incorretas, como o controle de preços, a redução forçada da taxa de juros e o descontrole das contas públicas, fizeram com que a economia se desarrumasse.

Com uma contribuição alta da crise política e da paralisia provocada por escândalos de corrupção, o PIB brasileiro recuou 3,8% no ano passado, dose que deve ser repetida neste ano.

No front externo, o país encontrou uma fase até positiva. A crise europeia perdeu fôlego nos últimos dois anos, com até a Grécia fechando acordo para reformar a economia. O maior soluço veio da desvalorização das commodities, que perderam fôlego a partir do crescimento menor da China.

Tudo isso poderia ser bem pior. Há no momento pelo menos cinco grandes problemas internacionais que, se evoluírem para crises reais, causariam grandes estragos ao Brasil. Veja quais são e como se relacionam:

Brexit

Moradores do Reino Unido votam em um referendo no dia 23 de junho se querem permanecer ou não na União Europeia. A visão geral é de que os britânicos não aceitariam perder algumas das vantagens de pertencer à UE, como o livre trânsito de pessoas e mercadorias.

O problema é que há uma grande oposição no país à imigração permitida pela UE, em especial do Leste Europeu. Além disso, muita gente acredita que a economia iria melhor fora do bloco, com políticas totalmente independente. Os mercados ainda não fazem ideia de qual seria a reação caso o Reino Unido saia da UE – junho, portanto, pode ser um mês turbulento.

Trump na Casa Branca

O controvertido Donald Trump deve ganhar a corrida pela candidatura do Partido Republicano à presidência dos Estados Unidos. Ninguém sabe exatamente o efeito econômico caso ele vença a eleição em novembro.

Com um discurso contra imigração e acordos comerciais, Trump pode levar a uma guinada econômica, com fechamento da economia americana, oscilação exacerbada do dólar e deterioração da recuperação do país após a crise de 2008. É, claro, que Trump pode vencer e convencer que fará um bom governo. O risco está na incerteza.

Dívidas na China

O total de dívidas na economia chinesa ultrapassam os 250% do PIB do país. Esse é um elemento que pode fazer com que a desaceleração enfrentada pela China seja mais pronunciada do que o mercado estima.

Há duas razões para se temer esse risco. O primeiro é a a qualidade baixa dos débitos, que podem causar problemas no sistema bancário.

O segundo é a baixa produtividade desses débitos – muitos projetos são claramente improdutivos, como condomínios fantasmas. O lado positivo é que o governo chinês tem condições de bancar perdas grandes em seus bancos públicos.

Juros nos EUA

O Fed, o banco central dos Estados Unidos, elevou pela primeira vez desde o início da crise subprime, em 2007, sua taxa de juros. Ela está agora entre 0,25% e 0,50% ao ano. O mercado trabalhava com a possibilidade de haver altas em sequência, o que não ocorreu devido aos problemas que vinham da China no início do ano.

Depois, a economia americana perdeu um pouco de fôlego, fazendo com que muita gente antecipasse que o Fed desistiu de subir os juros. Esse é um cenário ainda bastante incerto.

A presidente do Fed, Janet Yellen, já disse que a normalização da taxa de juros deve continuar acompanhando a evolução da economia do país. Isso pode significar novas altas ainda neste ano, o que deve causar estresse nos mercados financeiros.

Bolha do déficit

Um risco de certa forma ligado à decisão do Fed está no que especialistas estão chamando de bolha dos títulos públicos. Os maiores bancos centrais do mundo, no Japão, União Europeia e Estados Unidos vêm mantendo as taxas de juros muito baixas, ou até negativas.

Ele elevaram acentuadamente a liquidez no mundo. O dinheiro extra, no fim da linha, não está trazendo crescimento, mas sim investimentos novos em títulos de dívida pública, que ficaram extremamente caros (pagam juros baixos).

Notícias ruins, como a alta nos juros americanos ou problemas de déficit em países europeus, podem rapidamente fazer os juros subirem, detonando uma corrida para vender títulos.

Meirelles diz que Fazenda vai cortar "privilégios dos que não precisam"

16/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Em suas primeiras declarações no cargo, o novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, prometeu nesta sexta-feira (13) cortar "despesas e privilégios daqueles que não precisam", em referências às desonerações tributárias a empresas.

Meirelles esteve na manhã desta sexta-feira do programa "Bom Dia Brasil", da "TV Globo". O ministro participa nesta manhã da primeira reunião ministerial do presidente interino, Michel Temer.

"A despesa tem diversos componentes. Por exemplo, nós temos desonerações, a chamada 'Bolsa-Empresário', valores que o governo deixa de arrecadar e que poderiam e deveriam ser pagos pelas empresas", disse. "Vamos cortar despesas, privilégios daqueles que não precisam".

Meirelles disse ainda que os cortes não devem atingir os programas sociais. "Evidentemente, os programas sociais, que são valores menores do orçamento, mas que são fundamentais para aqueles que precisam, serão mantidos".

O ministro afirmou ainda que está fazendo um levantamento para saber qual a verdadeira situação das contas públicas do país. Segundo ele, o primeiro foco de seu Ministério será controlar o crescimento das despesas públicas.

Previdência

Outra medida polêmica, a reforma da Previdência, também será levada à frente por Meirelles. A ideia é estabelecer uma idade mínima com uma regra de transição.

"Sim, haverá uma idade mínima de aposentadoria. O que estamos estudando é exatamente quais as regras de transição", disse. "Existem muitos grupos que já têm estudos avançados disso, inclusive no governo. Não é novidade. O caminho está claro. Idade mínima com a regra de transição e que seja eficaz. De um lado que não seja tão longo que não faça efeito e, de outro lado, que não seja tão curto que não seja inexequível".

O ministro prometeu ainda adotar medidas “duras”, mas “necessárias” para que a trajetória da dívida seja sustentável e para que todos confiem que o país “vai ser solvente no futuro”.

A proposta de recriação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) não será retirada de pauta. “Preferencialmente, não se deveria haver aumento de imposto. No entanto, existe uma prioridade, que é o equilíbrio das contas públicas”.

Baixa produtividade da indústria é entrave ao crescimento do país

16/05/2016 - Fonte: Bem Paraná

Quando a economia brasileira deu sinais de recessão, a indústria de manufaturados já pedia socorro há mais de uma década. A contribuição do setor para o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu nos últimos quinze anos, de 15,1% em 2000 para 9% em 2015.

A supervalorização do real em relação ao dólar durante o boom das commodities causou um aumento no consumo de produtos importados, desestabilizando a balança comercial. Os custos de produção, que já eram altos ficaram ainda maiores. Os produtos brasileiros perderam competitividade e os especialistas começaram a falar em desindustrialização.

Com a crise econômica e a situação internacional desfavorável, houve desvalorização significativa do real, o que deu à indústria algum espaço para respirar. Mas o cenário negativo afetou os investimentos e causou uma queda na demanda por produtos industrializados. A crise política tornou mais grave a situação, gerando incerteza sobre a capacidade das lideranças de colocar a economia nos eixos.

“A indústria, já abatida, teve que se adaptar da pior forma possível: cortou gastos e demitiu funcionários”, diz Luiz Fernando Furlan, ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio no governo Lula.

A taxa de desemprego atingiu 10,9% no primeiro trimestre deste ano, um aumento de 3% em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a indústria manufatureira demitiu mais de 600 mil pessoas em 2015. Em segundo ficou o setor da construção (416 mil demissões), seguido pelo setor de serviços (276 mil demissões).

Em fevereiro, a produção industrial caiu 9,8% em relação ao mesmo período do ano passado, a 23ª queda consecutiva. O diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes, diz que a maioria dos setores industriais foram afetados pela crise, com destaque para os setores de veículos, bens de capital, computadores e produtos eletrônicos. A indústria de máquinas e equipamentos, parte fundamental do setor de bens de capital, opera com apenas 65% da capacidade, o menor nível desde 1999.

Em 2015, 16,6% mais empresas foram à falência no Brasil em comparação ao ano anterior, incluindo a indústria, o comércio e o setor de serviços. Este é o maior aumento desde 2005, quando mudanças foram introduzidas na Lei de Falências.

A previsão para este ano é ainda pior: pesquisadores do Serasa Experian calculam que cerca de 1,8 mil firmas fecharão as portas este ano, um aumento de 39% em relação ao ano passado.

Dados da CNI mostram que a confiança do empresariado caiu para 36,2 em abril, bem abaixo da média histórica de 54,4 pontos. Para Fernandes, enquanto não houver clareza sobre as políticas econômicas a serem adotadas pelo governo, a situação não vai melhorar.

Furlan enfatiza que problemas históricos têm atrapalhado o crescimento da economia brasileira e não são segredo para ninguém. "São questões debatidas há décadas", diz.

A redução da burocracia no ambiente de negócios e a reforma do sistema tributário estão entre as prioridades na agenda do setor produtivo, que todos os anos encaminha para o Congresso Nacional um documento com as pautas importantes para o desenvolvimento do país.

Na última edição do relatório global Doing Business, publicado pelo Banco Mundial, o Brasil aparece na posição 116 de 183 países analisados, o que significa que está entre os piores do mundo para se fazer negócios.

Abrir uma empresa no Brasil requer 11 procedimentos diferentes e pode levar até três meses. De acordo com o relatório, companhias gastam em média 2.600 horas por ano – 10 horas por dia útil – preenchendo formulários, preparando papéis e pagando impostos, que podem chegar a mais de 69% dos lucros.

Outra grande barreira para a competitividade dos produtos brasileiros é a infraestrutura. "Se produz grãos em Mato Grosso, você perde de 30% a 40% do que ganharia apenas para levar a mercadoria ao porto", diz Furlan. Mais de 60% da produção de grãos no Brasil são transportadas por caminhões e as más condições das rodovias contribuem para encarecer o frete.

Furlan observa que a desvalorização do real em relação ao dólar ajuda a reduzir o impacto dos altos custos de produção e é fundamental para garantir a recuperação da economia. "Muitas multinacionais que deixaram o Brasil estão voltando a olhar para o país como uma possível base exportadora na América Latina", observa.

Embora a exportação de produtos manufaturados ainda não tenha apresentado melhora significativa, ele acredita que uma reação da indústria deve acontecer até o fim do ano.

Furlan acrescenta que, para a economia funcionar, é importante restaurar o diálogo entre o governo e o empresariado que, segundo ele, foi perdido durante o governo de Dilma Rousseff.

"Alguns instrumentos que estavam disponíveis há anos, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, foram deixados de lado neste período e não havia muita vontade do governo de interagir com o setor produtivo."

Para o ex-diretor do Banco Mundial e professor adjunto da Fundação Dom Cabral, Carlos Primo Braga, a economia deve reagir positivamente assim que o país retomar a estabilidade política.

Mas se o Brasil quiser alcançar um crescimento sustentado, diz ele, terá que promover as reformas adiadas há décadas.

"Temos que qualificar a nossa mão de obra para as necessidades de uma economia moderna. Criar incentivos para que as indústrias possam investir em pesquisa e desenvolvimento e precisamos de um ambiente de negócios que valorize a

competitividade, com menos burocracia, menos custos e melhor condições de infraestrutura.”

Entidades de dez países reforçam combate ao excesso de produção de aço

16/05/2016 - Fonte: Bem Paraná

Dez associações da indústria do aço dos Estados Unidos, Canadá, México, América Latina, Brasil, Europa e Turquia endossaram comunicado global sobre excesso de capacidade de produção de aço no mundo, assinado por governos das Américas, Ásia e Europa em abril passado, após a Reunião de Alto Nível da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada em Bruxelas, Bélgica.

No Brasil, o posicionamento das entidades do setor siderúrgico foi divulgado na última terça (10). As informações são da Agência Brasil. Em consequência da reunião da OCDE, os governos do Canadá, União Europeia, Japão, México, República da Coreia, Suíça, Turquia e Estados Unidos reconheceram que os desafios enfrentados pela indústria siderúrgica têm dimensão global e, por essa razão, precisam ser tratados por meio de um diálogo também em nível mundial e de caráter permanente.

Houve consenso na avaliação de que apesar de esses desafios do setor resultarem, muitas vezes, de problemas econômicos ou estruturais, há medidas que vêm sendo tomadas por alguns países que acabam contribuindo para o aumento do excedente de produção e distorções nos fluxos de comércio, além de práticas de concorrência desleal.

O presidente-executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, salientou que a expectativa era que a reunião da OCDE resultasse na elaboração de medidas para reduzir a capacidade de produção atual e que houvesse avanços no sentido de inibir a implantação de novas capacidades instaladas, que disponham de apoio governamental e subsídios.

“Não adianta cortar e continuar colocando capacidades”, argumentou. O excesso de capacidade alcança hoje cerca de 700 milhões de toneladas de aço, dos quais 400 milhões são da China. A OCDE prevê que, em 2017, o excesso de capacidade de produção siderúrgica chegará a 800 milhões de toneladas no mundo. Lopes, esclareceu que, devido ao posicionamento adotado pelo governo chinês no encontro da OCDE, não houve avanços nessas duas áreas.

Mello Lopes disse que a manifestação das entidades do setor era um desagravo que demonstrava a frustração pelo fato de não terem sido tomadas as medidas esperadas e necessárias para reduzir “essa enorme capacidade instalada”.

Segundo o presidente-executivo do IABr, a situação no Brasil é muito delicada, porque o mercado interno continua muito fraco. Lopes disse que todos os países estão tomando providências de fechamento dos seus mercados para a exportação de aço da China.

“E nós aqui, não”, lamentou. No momento, acrescentou, é importante que o Brasil esteja atento e tenha capacidade de, “ao identificar um novo surto de exportação siderúrgica para cá, consiga reagir a tempo de evitar maiores danos”.

Há 15 anos, a China entrou com protocolo de acesso na Organização Mundial do Comércio (OMC) e entende que esse acesso é automático ao fim desse prazo, que termina no dia 12 de dezembro próximo. O IABr e as demais entidades internacionais do setor entendem que o acesso não é automático.

Caberá à OMC resolver essa disputa. Números do IABr mostram que a produção siderúrgica brasileira, acumulada nos três primeiros meses deste ano, somou 7,4 milhões de toneladas de aço bruto e 5,1 milhões de toneladas de laminados, com redução, respectivamente, de 12,3% e 17,5% em comparação a igual trimestre de 2015.

As vendas de laminados no mercado interno caíram 23,3% entre janeiro e março e a de semiacabados, 7,3%. Do mesmo modo, o consumo aparente nacional atingiu 4,3 milhões de toneladas no primeiro trimestre deste ano, revelando queda de 29,3% em relação aos três primeiros meses de 2015.

O IABr aponta que o setor siderúrgico brasileiro vive a pior crise de sua história. Essa crise vem se agravando devido a fatores estruturais, como custo de energia, custo tributário, cumulatividade de impostos, juros e câmbio.

De acordo com Mello Lopes, o impacto dos fatores estruturais e conjunturais sobre a indústria de transformação como um todo, na qual se insere a indústria do aço, reflete em perda de competitividade e queda do consumo interno. Nos três segmentos que representam juntos 80% do consumo de aço no Brasil, que são automotivo, construção civil e bens de capital, o consumo de aço caiu, respectivamente, 39%, 19% e 27% no acumulado de 2014 e 2015, indica o instituto.

Copel investiu R\$ 890 milhões no primeiro trimestre

16/05/2016 - Fonte: Bem Paraná

A Copel divulgou nesta quinta-feira (12) o balanço do primeiro trimestre, em que destaca a realização de 28,2% dos investimentos programados para todo o ano. A companhia vai investir R\$ 3,2 bilhões em 2016, o maior valor de sua história.

O maior empreendimento em construção é o Complexo Eólico Cutia, no Rio Grande do Norte, que terá pedra fundamental lançada na próxima semana.

Na distribuição de energia, o principal programa em curso é o Mais Clic Rural, que vai implementar redes inteligentes para melhorar a qualidade do fornecimento nos principais pólos de produção agropecuária do Paraná.

Nos últimos quatro anos, a Companhia investiu R\$ 8 bilhões em todos os segmentos em que atua – 37% destinado a obras para modernizar o sistema elétrico do Paraná.

Sinistros crescem e seguradoras têm trimestre de resultados mais fracos

16/05/2016 – Fonte: Paraná Online

O início do ano das seguradoras foi marcado por um desempenho menos favorável do resultado operacional, pressionado pelo aumento da sinistralidade e vendas mais fracas, tudo reflexo da crise que assola o País.

Com isso, os números das instituições no período continuaram motivados pelo resultado financeiro. Em alguns casos, porém, a queda da inflação impediu performance melhor desta linha, que daqui para frente tende a ser ainda mais impactada em um eventual corte de juros.

Pesou ainda o aumento de impostos para as seguradoras no âmbito do ajuste fiscal e que não incidiu sobre os balanços do primeiro trimestre de 2015, comprometendo a base de comparação.

Essa foi uma das principais justificativas para a BB Seguridade, holding que concentra os negócios de seguros do Banco do Brasil, ver seu resultado desacelerar fortemente.

Ainda assim, a seguradora reiterou a meta de entregar avanço de 8,0% a 12,00% em 2016, mesmo com analistas considerando o intervalo "desafiador" após o desempenho do primeiro trimestre. Para o Credit Suisse, por exemplo, o crescimento da companhia tende a ficar em torno dos 4% neste ano.

A BB Seguridade reportou lucro líquido ajustado de R\$ 957,684 milhões no primeiro trimestre, cifra 0,9% maior do que a vista em 12 meses. "O trimestre veio em linha.

Vamos entregar o resultado prometido para 2016, mas o intuito não é passar a linha de chegada e entregar um patamar de resultado que, em 2017, seja difícil de manter", destacou Werner Süffert, diretor de Gestão Corporativa e de Relações com Investidores da seguradora, em entrevista ao Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado.

Além do impulso da rede de agências do BB, a companhia espera maior contribuição da previdência, na medida em que nos últimos meses se concentrou mais em produtos com aportes mensais que, embora tragam resultado mais recorrente, têm menos impulso para a arrecadação.

Trabalha ainda para rentabilizar a carteira de automóvel, cujo resultado operacional foi negativo em mais de R\$ 100 milhões no trimestre com o aumento de roubo e furto, principalmente na região Sudeste.

A maior sinistralidade, reflexo da crise no País, também afetou a Porto Seguro, líder do segmento, principalmente em sua marca Azul. Sentiu ainda o efeito da desaceleração das vendas como reflexo de um "ambiente econômico desafiador".

Na marca Porto Seguro, inclusive, viu seus prêmios encolherem 4,3% de janeiro a março em relação a um ano antes. Neste contexto, a aquisição da carteira de seguro de automóveis de luxo da Chubb, de mais de R\$ 250 milhões, deve ajudar na recomposição de prêmios.

Apesar disso, o presidente da Porto Seguro, Fábio Luchetti, não espera que o setor melhore seu desempenho nos próximos trimestres, diante da forte competição e da conjuntura econômica. Não há espaço para redução de preços, segundo ele, que acredita em um certo nível de estabilidade nos sinistros daqui para frente.

A Porto teve lucro líquido com business combination - que considera o valor de todo o intangível (marca, canal de distribuição) - com o Itaú Unibanco de R\$ 238,5 milhões no primeiro trimestre, alta de 4,1% em relação ao mesmo período de 2015.

Na SulAmérica, a forte retração nas vendas de veículos novos e usados fez com que seus prêmios de automóveis encolhessem mais de 13% no primeiro trimestre ante um ano antes, enquanto a sinistralidade piorou 6,7 pontos percentuais.

Como reflexo, reduziu seu market share em 1 p.p. "Não reduzimos preços e, como o viés da sinistralidade é crescente, entendemos que não caberia fazer esse movimento. Por isso, perdemos competitividade nas receitas", justificou o presidente da companhia, Gabriel Portella, em entrevista ao Broadcast.

Saúde

No seguro saúde, seu principal ramo de atuação, a SulAmérica manteve crescimento, ancorado na política de reajustes de preço. Enquanto a receita desta área cresceu

13,5% no primeiro trimestre ante igual trimestre de 2015, o número de beneficiários aumentou 5,4% na mesma base de comparação, reforçando a estratégia da companhia.

Estudo da Marsh obtido pelo Broadcast mostra que os preços têm subido entre 10% e 20% no seguro saúde. Em relação ao último trimestre de 2015, a SulAmérica conseguiu manter estabilidade no seu número de beneficiários, apesar do elevado índice de desemprego no País. Mesmo com o impulso, seu lucro líquido subiu apenas 2,4% no primeiro trimestre ante janeiro a março do ano passado, para R\$ 105,9 milhões.

"Será um ano que não permitirá a ninguém estar desatento. Vamos manter postura de revisão constante dos negócios para mantermos crescimento sustentável", afirmou Arthur Farne d'Amoed Neto, vice-presidente da SulAmérica.

O mesmo feito no ramo saúde não foi visto na Porto Seguro. A seguradora, além de ter emitido menos prêmios, teve retração de 10,2% na quantidade de vidas seguradas ao final de março em relação a 12 meses antes. De acordo com Luchetti, esse movimento de queda foi "estancado" e a companhia segue focada no segmento.

Admitiu ainda que a Porto, assim como outras concorrentes, tem dificuldade de crescer no interior, cujo mercado é dominado pelas Unimed. Luchetti destacou ainda que a "economia não está fácil" e que, por conta disso, as empresas têm feito downgrade nas coberturas.

Embora tenha impacto nos prêmios e na quantidade de segurados, a maior procura por ajustes nos planos de saúde tem movimentado os negócios, de acordo com Guilherme Perondi, presidente da corretora Lockton.

Segundo ele, as empresas, diante de margens mais apertadas e quedas nas vendas, têm optado por planos mais baratos. Hélio Novaes, presidente da também corretora de seguros MDS Brasil, diz que é natural, diante do contexto de crise, que os clientes corporativos olhem para os custos do seguro. Assim, a demanda por reestruturação dos programas de seguro segue crescente.

Apesar do ambiente de recessão no País, a Yasuda Marítima reverteu a trajetória de encolhimento dos prêmios vista em 2015, ao emitir mais de R\$ 720 milhões no primeiro trimestre, cifra 11,2% maior em um ano.

"Depois de concluirmos a integração de Yasuda e Marítima em 2015, focamos na oferta, serviços e gestão de recursos, em busca de mais eficiência. Mesmo sendo este um ano difícil, esperamos crescimento acima dos 20% no faturamento", prevê Francisco Caiuby Vidigal Filho, diretor presidente da seguradora, em entrevista ao Broadcast. Colaborou Cynthia Decloedt.

Consumo no Brasil volta aos níveis de 2010

16/05/2016 - Fonte: Paraná Online

Com as famílias endividadas e o fantasma do desemprego rondando a economia, o consumo - que já foi o motor de crescimento do País - deve chegar ao fim deste ano no mesmo nível de 2010.

Um retrocesso de seis anos, se descontada a inflação. Nesse período, o mercado consumidor brasileiro encolheu R\$ 1,6 bilhão, valor que se aproxima, em dólares, do PIB da Argentina.

A expectativa para este ano é que o total de gastos dos brasileiros com produtos e serviços chegue a R\$ 3,9 trilhões, segundo projeções da IPC Marketing. "A queda que houve em 2015 e a que é esperada para este ano anulam o crescimento que ocorreu entre 2011 e 2014", diz Marcos Pazzini, responsável pelo estudo e diretor da consultoria.

O consumidor, na prática, já percebeu isso. O carrinho de supermercado não é mais o mesmo, o plano de trocar de carro ou de comprar um imóvel foi adiado, as férias no exterior voltaram a ser uma meta de longo prazo.

"Uma das diferenças dessa crise é que, agora, o brasileiro tem uma sensação de perda muito maior", diz Renato Meirelles, do instituto Data Popular.

Por quatro anos consecutivos, de 2011 a 2014, a taxa de crescimento do consumo das famílias superou o desempenho do PIB. No ano passado, pela primeira vez, o consumo caiu 4% e superou a retração do PIB, de 3,8%.

Para 16 de 22 categorias de produtos analisadas, o consumo é ainda mais baixo que o nível de 2010. Entre elas, estão despesas com vestuário, recreação e cultura, mensalidades escolares, alimentação no domicílio e gastos com viagens.

O que aconteceu no setor automotivo é emblemático para entender esse processo de ascensão e queda do consumo, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados.

"O governo não entendeu que a demanda começou a cair e continuou estimulando a capacidade de produção", diz. Hoje, as montadoras estão preparadas para produzir 5 milhões de unidades por ano, mas fazem apenas 2 milhões.

No setor, a estimativa é de que se leve uma década para retomar os níveis recordes de venda.

Em quanto tempo o mercado consumidor como um todo vai se recuperar é uma previsão que os economistas ainda não conseguem fazer. "As famílias estão muito endividadas. Primeiro, terão de pagar suas contas para depois voltar a consumir", diz Zeina Latif, economista chefe da XP Investimentos. "Será uma recuperação lenta."

O caminho, dizem os economistas, pode ser mais curto do que se imagina se a equipe do presidente em exercício Michel Temer conseguir, como vem dizendo, retomar a confiança do mercado.

"Esse é um fator que não é possível medir, mas pode ser um acelerador", diz Adriano Pitoli, da consultoria Tendências. Essa, diz ele, é uma forma de subir o abismo de elevador e recuperar parte do mercado consumidor com certa agilidade.

Os últimos andares, no entanto, só dão para subir de escada e os degraus não facilitam. "É preciso estabilizar a economia, fazer o ajuste fiscal, reduzir taxa de juros, controlar a inflação, não tem outra saída."

Só 48% das indústrias brasileiras são '4.0'

16/05/2016 - Fonte: Paraná Online

Uma nova etapa da revolução industrial está em andamento. Ainda tímida e pouco utilizada pelas empresas do Brasil, a chamada indústria 4.0 desponta como caminho natural para aumentar a competitividade do setor por meio das tecnologias digitais.

A manufatura digital emerge com base na integração das tecnologias físicas e digitais em todas as etapas de desenvolvimento de um produto. A lista de tecnologia consideradas 4.0 englobam o uso de sensores, impressão 3D e a utilização de serviços em nuvem, entre outros.

A indústria 4.0 está mais consolidada no exterior do que no Brasil, o que torna ainda urgente a tarefas das empresas brasileiras de avançar na digitalização. No País, um estudo inédito realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que apenas 48% das empresas industriais do País utilizam pelo menos uma tecnologia digital. A pesquisa foi realizada com 2.225 empresas de todos os portes.

"O Brasil hoje tem um problema muito grande da baixa produtividade da indústria", afirma Renato da Fonseca, gerente executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI. "Os países desenvolvidos já têm as indústrias mais avançadas com essa tecnologia. O Brasil está correndo atrás", afirma Fonseca.

O relativo atraso do Brasil também fica evidente porque 43% das empresas consultadas pela CNI não identificam quais tecnologias têm potencial para alavancar a competitividade do setor industrial. Nas pequenas empresas, esse percentual sobe para 57%. Entre as grandes, a fatia recua para 32%.

O uso das tecnologias digitais também permanece limitado porque está mais concentrado no processo e não no desenvolvimento e na concepção de novos modelos de negócios.

"Hoje ainda a indústria está muito centrada no controle de processo. Isso é bom porque vai aumentar a competitividade, mas as empresas precisam estar preparadas para essa onda", afirma Fonseca, da CNI. "Será preciso pensar numa linha mais flexível para atrair novos consumidores, e reduzir o tempo de inovações na linha de produção", diz.

O levantamento também apurou que as empresas decidem usar as novas tecnologias principalmente para reduzir custos operacionais (54%) e aumentar a produtividade (50%).

Setores - O uso das novas tecnologias varia de acordo com o tamanho das empresas e setores e é maior naqueles com mais intensidade tecnológica. Na indústria de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, por exemplo, 61% das empresas consultadas pela CNI fazem uso de ao menos uma das tecnologias digitais. Entre os setores que mais utilizam as novas tecnologias, também estão máquinas, aparelhos e materiais elétricos (60%) e derivados de petróleo e biocombustíveis (53%).

Na outra ponta, dos setores que menos utilizam as novas tecnologias, estão equipamentos de transporte (23%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (25%) e no setor de farmoquímicos e farmacêuticos (27%).

Avanço - Por ora, é difícil prever quando a tecnologia 4.0 vai se tornar uma unanimidade na indústria brasileira. A certeza, de acordo com os especialistas, é que o avanço das tecnologias deve tornar sensores e robôs mais baratos ao longo do tempo, o que tende a ajudar na incorporação dessas novas tecnologias pelas empresas.

"Um robô que hoje faz uma operação de coluna, superespecial e que custa uma fábula de dinheiro deve se tornar daqui a nove anos um aparelho do SUS", afirma Jefferson Gomes, diretor regional do Senai-SC e professor do Instituto Tecnológico de

Aeronáutica (ITA). "Essas tecnologias serão facilmente aplicadas no chão de fábrica sem percebermos", diz Gomes.

Desemprego castiga os mais qualificados

16/05/2016 - Fonte: Paraná Online

Os profissionais mais qualificados são os alvos prioritários da deterioração em curso no mercado de trabalho. A demissão de funcionários com curso superior completo saltou 10,8% nos 12 meses encerrados em março, o que significa um corte de 1,014 milhão de pessoas com alto nível de instrução no período de um ano.

Os dados são de um levantamento exclusivo feito pelo economista Fabio Bentes, da Divisão Econômica da CNC, a pedido do 'Broadcast', serviço de notícias em tempo real da 'Agência Estado'.

O movimento segue na contramão das demais faixas de instrução. Todas registraram recuo no total de demissões. Entre os empregados analfabetos, as demissões recuaram 9,3% em relação a março de 2015; na faixa com fundamental completo, a queda foi de 13,3%; e com o ensino médio completo, recuo de 4,0%.

"Quando você coloca a lupa no pessoal que precisa efetivamente do diploma para trabalhar, o estrago é monumental. Não está resistindo nenhuma profissão ligada ao aumento da produtividade. Pelo contrário, são essas que estão sendo cortadas", alertou Fabio Bentes.

O levantamento, com base em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), considera apenas os empregados demitidos sem justa causa ou que tiveram o contrato de trabalho rescindido.

Dessa forma, o estudo consegue excluir os desligamentos, que normalmente são voluntários, principalmente por conta da migração dos profissionais de uma empresa para outra.

Entre as carreiras que exigem diploma de nível superior, as mais atingidas foram as de administradores de empresas; professores na área de formação pedagógica do ensino superior; engenheiros civis e afins; programadores, avaliadores e orientadores de ensino; advogados; engenheiros industriais, de produção e segurança.

"É o filé mignon do mercado de trabalho, são aquelas ocupações que exigem formação superior. Isso tudo está ligado à queda nos investimentos", avaliou o autor do estudo.

Ranking - No topo do ranking, a carreira de administrador de empresas dispensou 26.244 profissionais em apenas um ano. No mesmo período, 17.623 engenheiros civis perderam seus postos de trabalho, assim como 10.616 advogados e 3.672 arquitetos, entre tantos outros profissionais qualificados.

"Isso só vai se reverter com uma mudança de humor dos empresários. Enquanto os investimentos continuarem derretendo, essa turma vai continuar perdendo o emprego.

Quem está mantendo a contratação é o emprego de baixa qualificação. As demissões estão direcionadas ainda para pessoas mais qualificadas", apontou Bentes.

A recessão econômica está por trás do resultado, porque aumenta o número de estabelecimentos fechados e leva à postergação de investimentos. Os novos projetos são adiados, os que estavam em andamento acabam congelados, e as empresas

tendem a manter apenas os serviços essenciais, como limpeza e segurança, lembrou Roberto Saldanha, responsável pela Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A prestação de serviços técnico-profissionais recuou 8,5% em março, ante março do ano passado. A categoria inclui serviços de consultoria, engenharia, jurídicos, auditoria, publicidade e propaganda, contabilidade, arquitetura, urbanismo e design, entre outros. Não por acaso, várias dessas especialidades estão na lista dos que mais dispensaram funcionários.

Investimentos - "Os serviços técnico-profissionais, que são os mais qualificados, dependem muito das decisões de investimentos das empresas e do governo. Os serviços de engenharia têm sido os mais afetados, os que dependem de projetos, principalmente no setor de óleo e gás", apontou Saldanha. "Com certeza, isso se reflete em demissões", acrescentou.

Parte desses profissionais provavelmente acaba migrando para funções que não exigem nível de instrução tão alto ou qualificação específica. O professor da PUC-Rio José Marcio Camargo, economista-chefe da Opus Investimentos, pondera que é necessário olhar com cuidado os dados para entender o que está acontecendo no mercado de trabalho.

BNDES registra lucro de R\$ 1,6 bilhão no 1º trimestre

16/05/2016 - Fonte: Paraná Online

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou lucro líquido de R\$ 1,598 bilhão no primeiro trimestre de 2016, informou nesta sexta-feira, 13, a instituição de fomento, em nota.

O resultado foi em linha com o registrado no primeiro trimestre do ano passado, quando o lucro foi de R\$ 1,585 bilhão.

"O principal fator positivo foi o aumento do resultado bruto de intermediação financeira, que alcançou R\$ 5,661 bilhões, 31,5% superior ao registrado em 2014", diz a nota distribuída pelo BNDES.

Pelo lado negativo, mais uma vez, o BNDES teve prejuízo com suas participações acionárias. No primeiro trimestre, o prejuízo com participações acionárias foi de R\$ 22 milhões no balanço consolidado do banco.

A BNDESPar, empresa de participações do banco, apurou prejuízo de R\$ 1,8 bilhão no primeiro trimestre de 2016, ante perdas de R\$ 900 milhões em igual período de 2015.

Segundo a nota distribuída do BNDES, o desempenho da BNDESPar no trimestre foi efeito direto do resultado de uma baixa contábil (impairment) por causa da Petrobras. Foi R\$ 1,7 bilhão, líquido de tributos.

Ressalvas

Por causa da forma como o BNDES contabiliza no balanço consolidado parte dessas perdas contábeis, a consultoria KPMG, responsável pela auditoria independente dos dados, aprovou as informações "com ressalvas". Para a KPMG, o lucro líquido do primeiro trimestre deveria ser R\$ 127,4 milhões menor.

Também tiveram efeito negativo no resultado do primeiro trimestre as despesas com provisão para risco de crédito. O BNDES registrou despesas de R\$ 871 milhões em 2016, ante R\$ 393 milhões no primeiro trimestre do ano passado.

"O aumento da despesa refletiu o ciclo econômico atual, que resultou na revisão da classificação de risco das empresas em geral, sem concentrações em companhias ou setores específicos", diz a nota do BNDES, ressaltando que a inadimplência, considerando apenas os créditos vencidos há mais de 90 dias, está em 0,11%.

Em termos de indicadores bancários, o índice de Basileia ficou em 15,5% no primeiro trimestre de 2016, ante 14,7% no encerramento de 2015.

Volkswagen inaugura linha de usinagem de virabrequim

16/05/2016 - Fonte: Paraná Online



A fábrica da Volkswagen do Brasil de São Carlos (SP) iniciou na semana passada as operações da nova linha de usinagem de virabrequim. Com o início da produção no Brasil, a marca deixa de importar parte do volume total de outras fábricas do grupo.

A nova linha de faz parte do pacote de investimentos de R\$ 460 milhões anunciados em junho de 2015, para serem aplicados na fábrica até 2018 na unidade do interior paulista.

Segundo a montadora, a nova linha de usinagem - que a princípio irá produzir as peças para serem utilizadas nos motores 1.6l - conta com excelência em tecnologia e utiliza equipamentos com o mesmo conceito das linhas de virabrequim do Grupo Volkswagen no mundo.

Virabrequim, também conhecido como árvore de manivelas é o componente do motor (ao qual são fixados os conjuntos de bielas e pistões) responsável por transformar a energia produzida pela combustão em torque, que é enviado às rodas e movimenta o carro.

Simultaneamente, a montadora informou que a fábrica de São Carlos atingiu o marco de 300 mil motores da família EA211 produzidos desde seu lançamento, em 2013.

"A produção da família EA211 em São Carlos trouxe para o consumidor brasileiro o que há de mais moderno e eficiente em termos de motorização no Grupo Volkswagen. A ampliação da oferta de produtos, com a chegada do motor 1.4l TSI, e a implementação da linha de usinagem de virabrequim tornam a operação brasileira ainda mais estratégica para o Grupo", afirmou David Powels, presidente e CEO da Volkswagen do Brasil.

"Nos últimos anos, a fábrica de motores de São Carlos tem recebido importantes aportes, que proporcionaram uma intensa evolução em termos de qualidade e tecnologia em nossos processos produtivos. Com esses investimentos, começamos a produzir a nova geração de motores, que tem conquistado os consumidores, e também passamos a ampliar nossas competências com a produção do virabrequim no Brasil e a exportação de blocos de motores para a Alemanha", disse Andreas Hemmann, gerente executivo da fábrica de São Carlos.

A ressurreição da indústria brasileira

16/05/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



Após um longo período de redução drástica nos investimentos no país, que provocou um profundo processo de desindustrialização em face da crise política e econômica determinada pelo desempenho desastroso do governo que acaba de chegar ao seu final, começa a surgir uma luz no fim do túnel para que se inicie a retomada da economia e dos investimentos.

O início de um novo governo, que será supostamente formado por uma equipe de pessoas competentes, confiáveis e éticas, irá devolver o clima de confiança para a população voltar a consumir e o empresariado a investir.

Com a melhora do índice de confiança do consumidor e do empresário, em face de um novo governo eficiente, além da queda da inflação, dos juros, e com a expectativa da estabilização do câmbio num patamar de R\$ 3,6 a 4,0 em relação ao dólar norte-americano, os bons ventos indicam que os projetos de novos investimentos começam a sair da gaveta.

Por outro lado, a vasta indústria nacional tem a capacidade de se recuperar prontamente, como já ocorreu em diversas outras crises no passado, apesar desta ter se mostrado a mais severa da história do país.

Tradicionalmente, toda recuperação, após períodos de dificuldades econômicas, acontece com os investimentos voltados para a modernização da produção na base de modernas tecnologias, buscando obter maiores produtividade e rentabilidade, além de melhor qualidade dos produtos. Com isto, as empresas passam a ser mais competitivas, tanto no mercado doméstico como nas exportações.

Apesar de já existirem muitas empresas praticando a aplicação de modernas tecnologias na área da manufatura, o vasto parque industrial brasileiro, concentrado nas pequenas e médias empresas, precisa ser remodelado.

Estas empresas precisam saltar dos métodos convencionais de produção para aqueles informatizados. Desenvolvimento de produtos e controle de produção através de programas digitais, além de linhas de produção com a utilização de máquinas-ferramenta CNC, serão as bases dessa evolução tecnológica para essas empresas.

Por outro lado, indústrias que já atingiram um nível mais evoluído em suas linhas de produção deverão investir em células automatizadas e flexíveis de manufatura avançada.

Estas considerações puderam ser constatadas recentemente por ocasião da Feimec 2016 - Feira Internacional da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ocorrida no novo pavilhão São Paulo Expo, pelo considerável número de visitantes qualificados e ansiosos para progredir, e pelo arsenal de máquinas, equipamentos, acessórios e ferramentas, de elevado conteúdo tecnológico, apresentado pelos expositores.

Um destaque desse evento foi uma demonstração inédita no Brasil de uma Célula Flexível de Manufatura Avançada nos moldes do conceito da Indústria 4.0 e considerada uma das mais avançadas no mundo, em caráter didático, comprovando a elevada capacidade da engenharia brasileira.

Este projeto foi realizado pela Abimaq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - com a participação de 22 empresas e 150 engenheiros e técnicos.

Para garantir os novos investimentos que deverão ocorrer para modernizar o parque de máquinas do país, tornando-o eficiente e produtivo, linhas de financiamento, equivalentes àquelas praticadas internacionalmente, deverão ser disponibilizadas, para que haja isonomia e competitividade com os produtos estrangeiros.

A formação de mão de obra é outro ponto fundamental para se preparar engenheiros e técnicos para o aprendizado das novas tecnologias no campo da informatização da manufatura, desde o projeto do produto até o controle da produção, através da aplicação de equipamentos digitalizados, como máquinas-ferramenta CNC e outros equipamentos que possam ser integrados a estas máquinas, para realizar operações automatizadas e flexíveis.

As instituições de ensino devem investir em modernos equipamentos para compor os seus laboratórios, além de estarem próximas às indústrias que produzem os equipamentos voltados para as novas tecnologias, mantendo-se atualizadas, em face da rápida evolução tecnológica que vem ocorrendo no mundo da manufatura industrial.

O país vivencia um momento decisivo com a possibilidade de criar um novo ambiente para estimular investimentos na produção e a criação de novos empregos. Para tal, a sociedade brasileira deve dar um crédito aos novos caminhos que venham ser definidos pelo governo federal e apoiá-lo para superar rapidamente essa profunda crise política e econômica que assola por longo tempo o país. Só assim, veremos a ressurreição da indústria brasileira.

Liebherr investe para oferecer retrofitting no Brasil

16/05/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



A Liebherr GMO, fabricante de fresadoras e geradoras de engrenagens, está concluindo os estudos, iniciados há cerca de dois anos, para passar a prestar serviços de retrofitting de suas máquinas no Brasil. A estrutura está sendo montada na sede da filial brasileira, em Guaratinguetá (SP), e o serviço deve entrar em operação no segundo semestre.

Segundo Jefferson Hernandez, supervisor de Vendas da Liebherr, o mercado brasileiro tem bom potencial para o novo serviço, contando com várias máquinas da empresa em funcionamento, adquiridas ao longo dos últimos 20 anos. "Algumas dessas máquinas ainda utilizam CNCs que no passado eram fabricados pela própria Liebherr", lembra

Hernandes informa que a equipe de pós-venda da empresa irá se encarregar do novo serviço. Além da troca de comando numérico, o serviço incluirá a troca de rolamentos, cabeçote e mesa, além de toda a parte eletrônica e atualização de software. Em sua avaliação, o serviço completo pode custar entre 40 e 45% do custo de uma máquina nova.

Luís Cláudio da Mota, gestor de Pós-Vendas, acrescenta um detalhe: nenhum concorrente da empresa oferece serviço semelhante no Brasil. Em geral, o serviço é prestado por terceiros. "Vamos oferecer um serviço com a garantia do fabricante. Temos todo o know-how da máquina", ressalta.

O novo serviço pode impulsionar os negócios no mercado brasileiro. Desde o ano passado, a empresa enfrenta queda de quase 50% nas vendas.

"Vendemos bem entre os anos de 2008 e 2013, período que em que as montadoras se equiparam e hoje, com a queda do mercado de automóveis, estão com capacidade disponível", informa Hernandez. Para ele, a retomada nesse nicho de mercado só deve ocorrer a partir de 2017.

Index: para exportar, indústria precisa de tecnologia de ponta

16/05/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



"Muitas indústrias estão se voltando para exportação , mas para ser competitivo lá fora é preciso investir em tecnologia de ponta na produção", comenta Leopoldo Schenk, diretor da Index do Brasil. "Sabemos que o Custo Brasil é muito alto. Para superar isso é preciso tecnologia e automação, recursos para tirar a peça pronta da máquina".

Essa análise levou a Index a destacar duas máquinas de alta tecnologia na Feimec 2016, realizada no início de maio no São Paulo Expo.

A empresa optou por apresentar um torno TNL 18 9p, da linha Traub, de 9 eixos, com cabeçote móvel, equipada com alimentador automático, sistema de refrigeração de alta pressão e sistema de exaustão de névoa. A máquina é ideal para a produção de peças na indústria média e ortopédica.

A outra máquina era um torno Index ABC, máquina compacta, equipada com duas torres, alimentação automática, refrigeração de alta pressão. Uma das características da Index ABC é possibilidade de usinagem de uma peça numa única fixação.

"Nosso objetivo é mostrar o que o mundo está utilizando para produzir peças usinadas. Se a indústria brasileira quer ser competitiva terá de se equipar.

Só com qualidade e custo é possível exportar, o que só se consegue com tecnologia", acrescenta Jefferson Scatena, novo supervisor de Vendas Regional da Index do Brasil.

Korloy lança a RM3P para fresamento a 90°

16/05/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



A Korloy do Brasil está trazendo para o mercado nacional uma das mais recentes novidades da fabricante sul-coreana, a fresa RM3P. Desenvolvida para o fresamento de cantos a 90°, a fresa incorpora nova geometria do inserto com aresta de corte que proporciona ângulo efetivo de 90° no fresamento de cantos, canais e paredes, com cortes suaves, e alto avanço com baixa potência de corte.

“Isto se deve ao novo formador de cavaco positivo e a maior fase alisadora, com exclusivo sistema de fixação do inserto aliado à geometria do bolsão, que proporciona maior eficiência no escoamento do cavaco, reduzindo vibrações com excelente acabamento superficial”, explica Rodney de Almeida, gerente Técnico da Korloy do Brasil. Ele lembra ainda que os dois tamanhos dos inserts XNKT, de 06 e 08, permitem profundidades de corte de 6 e 8 mm respectivamente. Os formadores de cavacos MM, MF e MA completam a geometria da pastilha.

O quebra-cavaco “MM” é mais robusto, apresenta bom desempenho em usinagem geral em aço e ferro fundido. O gerente acrescenta que “mesmo com formador de cavaco reforçado esta geometria oferece excelente acabamento superficial nas operações de esquadrejamento”.

Já o tipo “MF” foi desenvolvido para acabamentos finos e para materiais endurecidos, produzido nas classes PC5300, PC3500 e PC6510, que se caracterizam pela composição do substrato exclusivo da Korloy em microgrão, com superior tenacidade e camada de revestimento MT resistente a oxidação em altas temperaturas.

Já para a usinagem em alumínio, a Korloy desenvolveu o formador “MA” na classe H01, com aresta de corte polida e afiada, permitindo cortes suaves e eficientes, livres de arestas postiças e alto desempenho.

Para a linha RM3P, estão disponíveis cabeçotes nos diâmetros 20, 25, 32, 63, 80, 100 e 125 mm.

“As operações de fresamento lateral, canal, bolsões circulares, rampa e trocoidal se tornaram muito mais eficientes devido a tecnologia aplicada no fresamento desenvolvida pela Korloy, que otimiza o processo, com reduções do ciclo de usinagem de até 45% e aumentos significativos na remoção de cavacos”.

O gerente destaca que o Brasil foi escolhido pelo grupo Korloy para participar do desenvolvimento da nova ferramenta. A filial brasileira realizou testes em diferentes tipos de materiais, como H13, Toolox, D2, Inconel 718 e ferro fundido.

“Houve um acréscimo de vida útil em torno de 28% contra produtos similares dos concorrentes”, informa, frisando que atualmente, dentro do grupo Korloy, o Brasil está entre os países de maior consumo da linha RM3P.

Veja a demonstração da RM3P em https://youtu.be/yjbl-t3Ar_4

Mercado está em busca de tecnologia, diz a Mazak

16/05/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



Há cerca de três anos, a Mazak Sulamericana fez um grande investimento na instalação de centro tecnológico e um showroom de 5 mil m² em Vinhedo (SP). Desde então o mercado brasileiro vem registrando queda constante no volume de negócios de máquinas-ferramenta.

No entanto, ninguém na empresa lamenta o investimento realizado, por acreditar no potencial do mercado brasileiro a longo prazo e também porque o centro tecnológico tem sido fundamental na concretização dos poucos negócios que surgem no mercado brasileiro atualmente.

Francisco Nakazone, gerente de Vendas da filial brasileira, conta que a equipe da empresa tem buscado estar próximo de seus clientes, seja visitando as fábricas ou levando-os aos vários eventos que tem realizado no centro tecnológico, ao menos dois a cada mês.

O objetivo é conhecer melhor as necessidades dos atuais clientes e dos potenciais. De acordo com o gerente, uma das conclusões obtidas nesses contatos é o que o mercado está em busca de tecnologia.

“O mercado de máquinas que se pode chamar de commodities está em baixa. Os clientes estão em busca de tecnologia para ser mais produtivos e competitivos. Com a baixa atividade industrial, os clientes têm tido mais tempo para atender nossa equipe, apresentar projetos, solicitar estudos, suporte, ou seja, tem tido mais tempo para trabalhar com tecnologia”, explica, frisando que a venda de máquinas de alta tecnologia é um trabalho de médio e longo prazo.

Em sua avaliação, existem muitas empresas querendo investir em tecnologia, mas estão receosas.

Esse cenário deve se arrastar ainda por um período, mas considera que pode apresentar sinais de melhorar já no segundo semestre. “Os exportadores, por exemplo, estão ganhando mercado, mas estão com o pé no freio dos investimentos. Antes eles querem uma definição política e econômica”.

Por esses motivos, a Mazak Sulamericana tem inclusive investido na área de engenharia e tecnologia. Hoje a equipe de engenharia de aplicação, por exemplo, conta com sete profissionais. Já o showroom abriga atualmente 13 máquinas.

“Aceleramos muitas aprovações em nosso showroom”, diz Nakazone, lembrando que na semana da Feira da Mecânica (a empresa optou por participar da Feimec), de 18 a 20 de maio, estará promovendo um open house, da 9 às 13 h. Durante o evento será apresentado pela primeira vez no Brasil o Pallettech System. Os interessados em participar podem se cadastrar em www.mazak.com.br/openhouse-2016 .

Fagor destaca linha de encoders na Mecânica 2016

16/05/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



A Fagor Automation vai destacar em seu estande na Feira da Mecânica 2016 (de 17 a 21 de maio, no Anhembi), a sua linha de encoders - os transdutores lineares e angulares para máquinas-ferramenta. A linha conta com modelos de 120 mm a 30 m (sob encomenda podem chegar a até 60 m).

Daniel Carvalho, diretor da Fagor Automation no Brasil, conta que a linha é produzida em Eskoriatza, na Espanha, numa fábrica moderna, capaz de produzir transdutores de até 500 nanômetros. Construída sobre uma espécie de "colchão", capaz de isolar o edifício de qualquer tipo de vibração que poderia afetar a produção das réguas de precisão nanométrica, a fábrica conta com ambiente estéril e controle absoluto sobre temperatura, umidade e pressão.

De acordo com Carvalho, a linha de transdutores tem se destacado nos últimos anos, conquistando vários fabricantes de máquinas que são referência no mercado mundial, como Makino e Doosan. "Hoje nossa linha de encoders já conta com protocolos para 'falar' com todos os principais CNCs do mercado", informa.

Retrofitting - A empresa também dará destaque aos produtos e soluções para retrofitting, segmento no qual a Fagor é um dos principais fornecedores do mercado nacional. "O segmento de retrofitting contribuiu bastante para que pudéssemos atravessar o ano de 2015", diz Carvalho. "Temos encontrado clientes que estão apostando na reforma de suas máquinas".

Outro destaque no estande é a linha de CNCs, que recebeu inúmeras melhorias, incluindo novos algoritmos para a usinagem em alta velocidade. A Fagor Automation estará na Mecânica no estande F 400.

Mecânica 2016 - 31ª Feira Internacional da Mecânica

Data: 17 a 21 de maio de 2016

Local: Pavilhão de Exposições do Anhembi

Maiores informações: <http://mecanica.com.br>

Grupo VW vende 3,36 milhões de veículos até abril

16/05/2016 - Fonte: Automotive Business

As vendas do Grupo VW no primeiro quadrimestre somaram 3,36 milhões de unidades, volume apenas 0,6% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. O grupo ainda lamenta o fraco desempenho no mercado sul-americano.

De janeiro a abril a região absorveu 149,6 mil unidades e registrou queda de 25,4%. A redução foi acentuada pelo fraco desempenho no Brasil, onde as 95,5 mil unidades entregues foram 33,6% menores que as anotadas pelo grupo em iguais meses de 2015.

Na América do Norte, os 283,8 mil veículos entregues indicaram estabilidade. Nos Estados Unidos, porém, as 174,5 mil unidades vendidas nos Estados Unidos resultaram em queda de 5,1%. As entregas menores no país vêm prejudicando o desempenho do grupo na América do Norte desde 2015 e o escândalo dieselgate vem impedindo o bom desempenho da companhia.

O continente europeu assimilou 1,46 milhão de veículos do Grupo VW e cresceu 3,4% sobre igual período do ano passado. Na Europa Ocidental foram vendidos 1,2 milhão de veículos, com acréscimo de 3,3%.

As porções central e oriental do continente adquiriram 208,2 mil veículos e anotaram alta de 4,2%. O grupo recorda que em abril a Rússia registrou sua primeira alta em vários meses. No acumulado do ano, contudo, as 50,6 mil unidades entregues no país resultaram em 12,2% de queda na comparação com os mesmos meses do ano passado.

A Ásia-Pacífico comprou sozinha até abril 1,36 milhão de veículos e cresceu 3,1%. Desse total, a China adquiriu 1,25 milhão de unidades e teve alta mais expressiva, de 4,8%.

DESEMPENHO POR MARCA

Nos quatro primeiros meses de 2016 a marca Volkswagen entregou 1,93 milhão de automóveis e registrou pequena queda de 2% ante o mesmo período do ano passado. A marca premium Audi mantém a trajetória de alta, com 620,1 mil vendas no período e crescimento de 4,9%.

A tcheca Skoda anotou 373,9 mil veículos vendidos e cresceu 4,7%, enquanto a espanhola Seat, com suas 138,6 mil unidades, praticamente repetiu o fraco resultado de 2015. Das divisões de automóveis com volumes mais expressivos foi a Porsche que mais cresceu no quadrimestre, 6,8%.

A marca de Stuttgart entregou de janeiro a abril 77,5 mil unidades. A procura aquecida pelo Macan e a renovação da linha 911 vêm ajudando os resultados da fábrica de esportivos.

A divisão Volkswagen Veículos Comerciais anotou no período 154,6 mil unidades e acréscimo de 4,7%.

A fabricante de caminhões MAN cresceu 4,9% ao entregar 31,8 mil veículos. A Scania obteve alta pouco mais expressiva por ter repassado 25,4 mil caminhões de janeiro até abril.

Vendas de pneus caem 3% no primeiro trimestre

16/05/2016 - Fonte: Automotive Business



As vendas de pneus diminuíram 3% no Brasil durante o primeiro trimestre do ano ao atingir volume de 17,6 milhões de unidades contra as 18,2 milhões de igual período do ano passado, segundo dados divulgados na sexta-feira, 13, pela Anip, associação das fabricantes.

Os negócios realizados direto com as montadoras recuaram 27,8% no período, passando de 4 milhões no primeiro trimestre de 2015 para 2,9 milhões neste ano. O mercado de reposição caiu apenas 1,8%, para 11 milhões. Já as exportações cresceram 26,4%, para 3,7 milhões de unidades, compensando em parte as perdas do mercado interno.

Para o segmento de veículos leves, as vendas de pneus tiveram leve queda de 0,4% entre janeiro e março, para um total de 9,54 milhões de unidades. Às montadoras, as entregas diminuíram 24,3%, para 1,72 milhão de pneus.

Já o mercado de reposição consumiu 6,44 milhões de pneus para automóveis no mesmo período, 1,3% a mais do que igual período do ano passado. As exportações do segmento subiram quase 50%, para 1,37 milhão.

Com maior valor agregado, os pneus para veículos comerciais pesados (caminhões e ônibus) apresentaram queda de 1,7% nas vendas totais do trimestre, com 1,82 milhão de unidades.

Com a leve recuperação de 3,5% no mercado de reposição, para 1,32 milhão, e o aumento de 21,8% das vendas aos mercados de exportação, com 306,4 mil, o desempenho não foi suficiente para conter a retração expressiva de 40,4% das vendas para montadoras, que com pouco mais de 193,6 mil unidades, atendem ao volume já prejudicado do mercado de veículos pesados.

Diante da dificuldade maior do mercado interno, embora as exportações sigam com bom desempenho, a produção nacional de pneus recuou 7,6% entre janeiro e março, para 16,61 milhões de unidades contra as 17,97 milhões fabricadas em iguais meses do ano passado.

Por outro lado, a balança comercial do setor conseguiu manter o superávit, exportou mais do que importou: em valores, as fabricantes verificaram saldo de US\$ 201,4 milhões, embora tenha sido menor do que o saldo da balança registrada há um ano, de US\$ 743,4 milhões.

CAAS abre no Brasil 1ª fábrica fora da China

16/05/2016 - Fonte: Automotive Business

A CAAS (China Automotive Systems) inaugura nesta segunda-feira, 16, em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, sua primeira fábrica fora do território chinês. A fabricante de autopeças investiu R\$ 20 milhões na planta, que tem capacidade para produzir até 700 mil caixas de direção por ano se trabalhar em três turnos.

A produção para valer começa em apenas um turno, com 40 empregados, a partir de junho e o primeiro cliente é a FCA/Fiat em Betim (MG), que vai instalar as caixas da CAAS em três modelos que serão lançados a partir de julho: o Uno com motor três-cilindros, o Mobi (que ganhará direção elétrica) e, possivelmente, a nova geração do Palio.

A partir de suas unidades na China a empresa já exporta componentes para vários clientes no mundo, incluindo a Ford e FCA nos Estados Unidos e outros fabricantes na Rússia e Índia.

“No caso do Brasil a logística é mais complicada para importar e as montadoras começaram a exigir um índice mínimo de 65% de nacionalização. Por isso decidimos

investir em uma fábrica aqui”, conta Euclides Borgo Jr., gerente da planta de Guarulhos.

Segundo ele, no início boa parte dos componentes utilizados na produção das caixas de direção serão importados da matriz chinesa, “mas já estamos trabalhando no desenvolvimento de fornecedores locais, até porque essa é uma exigência dos clientes”, explica.

Borgo diz que não se trata só de atender metas de compras locais das montadoras, mas também de reduzir a exposição ao dólar valorizado diante do real, que tira competitividade das importações.

Conforme explica o executivo, a CAAS fabrica em Guarulhos somente a parte mecânica das caixas de direção, que podem ou não receber assistência elétrica aplicada diretamente na barra do conjunto. No caso brasileiro, o sistema elétrico será fornecido por outra empresa à Fiat.

A CAAS também conversa com outros possíveis clientes que já compram seus componentes em outros países, como é o caso da Nissan, PSA Peugeot Citroën, Ford e da também chinesa Chery.

“Somos bastante competitivos e temos boas chances. Não adianta ter qualidade e produtividade, se não oferecer preço competitivo não se ganha nenhum contrato nesse mercado”, atesta Borgo.

A empresa decidiu se instalar em Guarulhos para estar próxima da maioria dos possíveis clientes que estão no Sudeste, e também para ficar mais perto dos principais portos brasileiros, que recebem os componentes importados.

A CAAS instalou seu primeiro escritório comercial em Guarulhos em 2012, inicialmente para vender caixas de direção importadas da China, mas já naquela época começou a planejar a fábrica, tendo em vista o aumento das exigências de nacionalização de componentes automotivos no País.

Em 2013 foi fechado o primeiro contrato com a Fiat e, em 2015, começou a fornecer para veículos pesados produzidos pela Agrale em Caxias do Sul (RS), que seguirá sendo abastecida por importações, já que o volume não justifica a produção local.

Nova fábrica da Hella receberá mais investimento

16/05/2016 - Fonte: Automotive Business

O ritmo fraco do mercado brasileiro não frustrou os planos da alemã Hella para o País. A empresa inaugurou no fim de abril sua primeira fábrica própria no Brasil, em Indaiatuba (SP), fruto de investimento de R\$ 43 milhões.

Dali saem módulos eletrônicos que, por enquanto, atendem à demanda da Volkswagen. O plano, no entanto, é aumentar o número de clientes e a gama de produtos.

Para isso, a companhia prevê investimento adicional de R\$ 20 milhões até 2019. O aporte dará conta da instalação de mais duas linhas de montagem na unidade: uma de sistemas de direção elétrica e outra de sensores de pedais.

“Notamos crescimento da demanda por este produto, mas antes de investir queremos fechar um contrato de fornecimento”, esclarece Carlos Bertozzi, diretor geral da Hella do Brasil.

Por enquanto a companhia faz na nova planta apenas módulos eletrônicos de cabine, dispositivos que controlam os sistemas do habitáculo do veículo. Os componentes são fornecidos à Volkswagen, mas os volumes ainda estão baixos por causa da crise que inibiu as vendas de veículos.

“Estamos entregando um terço do que prevíamos inicialmente”, admite Bertozzi. Das 600 mil peças estimadas no início do projeto, as encomendas encolheram para 150 mil unidades.

Nos próximos meses entra em operação nova linha de produtos na unidade, módulos de gerenciamento eletrônico do motor que prometem redução de 1% no consumo de combustível do carro. A melhoria garantida pela empresa já garantiu um cliente. “Vamos fornecer para uma grande montadora, que instalará a novidade em toda a sua linha”, conta Bertozzi.

Segundo ele, há ainda outras negociações. “O interesse é motivado pelo Inovar-Auto”, aponta. O regime automotivo exige melhoria da eficiência energética dos carros em 12%. As medições para aferir os resultados começam ainda 2016, mas as companhias têm oportunidade de mostrar avanços maiores do que o mínimo exigido para conseguir descontos adicionais no IPI.

SONDAGEM DO MERCADO BRASILEIRO

A Hella está no Brasil desde 2011 com presença no fornecimento a montadoras e ao mercado de reposição. Até a inauguração da planta de Indaiatuba, a empresa atendia a demanda nacional com importações e com a montagem feita em parceria com a Emicol Eletro Eletrônica em Itu (SP), além de manter a sua sede administrativa no bairro do Ipiranga, em São Paulo (SP).

A fábrica própria saiu do papel rápido. “Fechamos o aluguel do galpão e, em seis meses, em janeiro deste ano, já estávamos homologando as primeiras unidades feitas aqui”, conta Bertozzi, explicando que a empresa fez ainda uma série de acertos até a inauguração oficial, em abril.

Hoje a companhia conta com 55 funcionários no Brasil, 40 deles na fábrica, número que deve crescer para 100 conforme os planos de ampliar a produção se concretizarem. “Empregamos pessoas muito capacitadas. A maioria passa por treinamento no exterior”, conta.

Bertozzi aponta que a planta de Indaiatuba servirá como uma espécie de termômetro do mercado brasileiro.

“Queremos ver como conseguimos atender ao nosso cliente aqui e, claro, buscar a rentabilidade”, aponta. Ele dá sinais de que, se a operação nacional passar nestes primeiros testes, há potencial para que o País receba mais aportes da companhia.

“Somos conhecidos mundialmente pela nossa tecnologia para a área de iluminação, mas produzir isso localmente exige grande investimento”, aponta.

O diretor da Hella reconhece que o momento é difícil para os negócios no País, mas enfatiza que o foco da companhia é o longo prazo.

"Sabemos que não seremos rentáveis em 2017 ou 2018, mas os alemães são estratégicos e acreditam no potencial para o futuro." Bertozzi estima que, em 2019, o Brasil retomará a posição de quarto maior mercado de veículos do mundo. "Em três anos voltaremos ao patamar de vendas que tínhamos em 2013", calcula.

Ministro da Fazenda já sofre pressão de empresários e sindicalistas aliados

16/05/2016 - Fonte: R7



Apenas quatro dias após terem tomado posse, o presidente interino da República, Michel Temer, e seu ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, iniciam a semana sob pressão das centrais sindicais e também dos empresários em relação ao pacote de medidas que a equipe econômica planeja colocar em prática nos próximos dias.

A pressão parte, principalmente, de personagens importantes que estiveram ao lado de Temer na batalha do impeachment: o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, e o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), da Força Sindical.

Em reunião agendada para as 15 horas no Palácio do Planalto, ao menos quatro das maiores centrais do País — Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Sindicatos Brasileiros e Nova Central Sindical de Trabalhadores — pressionarão Temer, Meirelles, Eliseu Padilha (Casa Civil) e o novo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, a rever alguns pontos anunciados por Meirelles em entrevista coletiva na última sexta-feira (13).

Do lado dos empresários, o presidente da Fiesp se reuniu na noite deste domingo (15) com Temer, em São Paulo. A pauta foi a proposta de recriação da CPMF ou de outro imposto transitório, ideia que não é descartada por Henrique Meirelles. "O pato está a postos e tem como prioridade dizer não ao aumento", afirmou Skaf no sábado em entrevista à Rádio Gaúcha, numa referência ao pato inflável da campanha da entidade contra impostos.

O primeiro grupo rejeita fortemente a recriação da CPMF, ainda que temporária, e o segundo teme os rumos da reforma da Previdência. Geddel Vieira Lima, ministro da Secretaria de Governo, se diz, pessoalmente, contra a recriação da CPMF.

"Sou pessoalmente contra a criação da CPMF, mas vou adotar a postura do governo", disse Geddel em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo.

Em entrevista ao programa Fantástico, da TV Globo, Meirelles disse que o ideal é que se consiga equilibrar o orçamento apenas com o corte de despesas e, assim, não seja necessária a volta do imposto.

Sindicatos

As centrais são contra a reforma da Previdência, em especial em relação à idade mínima e ao aumento do tempo de contribuição. Outro ponto que elas querem discutir hoje com o novo governo é a revisão da legislação trabalhista.

Na sexta, Meirelles disse que a proposta de reforma da Previdência deve respeitar os direitos adquiridos. Mas ressaltou que esse conceito é "impreciso". Afirmou ainda que sua equipe trabalha em cima de revisão da legislação trabalhista. Também para o Fantástico, ele afirmou que o assunto tem de ser debatido com a opinião pública e o Congresso.

Temer quer convencer as centrais de que algumas medidas são necessárias, apesar de duras. Dirá que a proposta de reforma da Previdência tem por objetivo conter os gastos públicos e que as leis trabalhistas precisam ser modernizadas.

Na reunião desta segunda com as centrais sindicais, Michel Temer e Henrique Meirelles serão claros na conversa. Ambos dirão aos representantes dos sindicalistas que o governo vai apresentar uma proposta de reforma da Previdência Social para o Congresso como forma de conter os gastos enormes que o setor hoje representa.

Projeções feitas por técnicos do governo indicam que o sistema previdenciário poderá entrar em crise a partir de 2020, se os gastos não forem contidos por algum tipo de reforma.

Reações

Além de conseguir apoio, o encontro visa debelar uma possível rebelião das centrais sindicais. As entidades ainda não falam em ações práticas, mas informaram que, quando as negociações começarem efetivamente, vão levar as propostas para os trabalhadores para estudar a reação mais adequada, caso medidas mais duras prosperem.

Para o presidente em exercício, esse cenário é ruim, pois ele já não detém o apoio das centrais ligadas ao PT, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a maior do País, e a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Ambas foram convidadas para a reunião, mas, até o início da noite de domingo, nenhuma havia confirmado presença.

Gás natural amplia competitividade ante eletricidade e óleo, indica pesquisa

16/05/2016 - Fonte: R7

O gás natural está mais competitivo do que a energia elétrica em todas as regiões do País e também é mais vantajoso do que o óleo combustível para as indústrias com consumo acima de 50 mil metros cúbicos (m³), segundo levantamento da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), obtido com exclusividade pelo Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado.

E a competitividade tende a aumentar mais em diversos estados, tendo em vista que algumas distribuidoras ainda não passaram por reajuste das tarifas de gás.

"O momento que estamos vivendo agora é em função da queda do barril do petróleo, que é uma das variáveis que compõem o preço do gás. Isso está provocando uma redução de custo, que está na ordem de 5% a 6%", explica o presidente executivo da Abegás, Augusto Salomon.

No segmento residencial, o gás natural é competitivo em todas as regiões, com destaque para o Centro-Oeste, onde o preço do gás natural para clientes de alto consumo é 57,5% inferior ao valor da tarifa de energia elétrica, seguido pelo Sul, com uma diferença de 56,9%, pelo Nordeste (-44%) e pelo Sudeste (-34,6%). Já para clientes residenciais de baixo consumo, a menor variação é no Sudeste (-7,5%) e a maior, no Sul (-43,7%).

No caso do Sudeste, Salomon salienta que os dados ainda não consideram o reajuste das distribuidoras do Rio de Janeiro, realizado em maio, e também de São Paulo, onde ainda devem ser anunciados.

A entidade aponta, ainda, que mesmo uma diferença menor já sinaliza para os consumidores que é mais vantajoso utilizar o aquecedor a gás, substituindo o chuveiro elétrico.

No segmento comercial, a diferença de preços é ainda maior. O Nordeste é a região onde o energético é mais competitivo, já que o preço do gás está 73,1% inferior ao da energia elétrica na classe de consumo de 50 mil m³ por mês.

Na outra ponta, a menor economia fica com consumidores comerciais do Sudeste com demanda de 500 m³/mês, que mesmo assim têm custo 38,3% inferior com o gás em relação à eletricidade.

Na classe industrial, o comparativo foi feito com o óleo combustível, uma vez que, conforme a Abegás, de um modo geral, a indústria não utiliza energia elétrica para gerar vapor, mas apenas de forma pontual, para força mecânica - em empilhadeiras por exemplo.

No segmento, o gás natural é competitivo para consumidores acima de 50 mil m³/mês em todas as regiões. A maior vantagem é para os consumidores da classe de 1 milhão de m³/mês no Centro-Oeste, que possuem uma tarifa de gás 46,3% menor do que o preço do óleo A1. Já no Sudeste, a diferença varia de uma redução mínima de 0,1% a 27,4%, dependendo do volume de consumo.

Salomon lamenta o fato de a queda do preço e a consequente melhora da competitividade do gás vir em um momento de retração econômica, que dificulta que as distribuidoras se beneficiem do bom momento de preço.

"Na medida em que começa a ter uma queda do preço do gás, conseguimos ser mais competitivos em outros segmentos e desenvolver outros mercados. Infelizmente isso acontece em um momento de crise", disse. Somente nos dois primeiros meses deste ano, o consumo de gás natural pelas indústrias recuou 13,81%, em decorrência da redução da atividade industrial.

Propostas

"Por mais que o gás seja mais competitivo que a energia elétrica, o problema hoje é que o consumo caiu e, conseqüentemente, o consumo de gás caiu. Há uma paralisação clara da indústria, mas isso vai mudar e, em mudando, a estrutura para a expansão tem que estar pronta", diz o dirigente.

Salomon afirma que o setor pretende levar ao governo "atual ou ao próximo que estiver lá" uma proposta para destravar o setor, que inclui alterações nas áreas regulatória e tributária.

"É uma agenda complexa, mas os preços hoje mostram que estamos altamente competitivos. A grande questão é como criamos esse ambiente de incentivo à indústria para que se possa colocar no mercado mais gás".

Embora animados com a perspectiva de uma nova dinâmica de mercado que decorrerá da esperada venda de ativos de gás pela Petrobras, hoje monopolista no fornecimento e transporte de gás, e do potencial fim da obrigatoriedade da estatal ser operadora única do pré-sal, os agentes observam que as regras atuais não respondem às novas necessidades e geram insegurança nos potenciais investidores.

"Estamos preocupados com esse modelo pós Petrobras", revela Salomon. A Abegás está contratando uma consultoria para estudar as alternativas de mercado e contribuir com a discussão sobre um eventual ajuste das regras.

UE amplia investigação comercial contra aço laminado a quente da China

16/05/2016 - Fonte: R7

A Comissão Europeia informou nesta sexta-feira que lançou uma investigação sobre possibilidade de subsídios ilegais oferecidos a exportadores chineses de aço laminado a quente, ampliando uma análise sobre suposta prática de dumping do produto pelo país.

A Comissão afirmou que ambos os casos são parte de um procedimento que permite que investigações comecem quando há ameaça de prejuízo a empresas da União Europeia.

Os supostos subsídios consistem em transferência direta de recursos estatais, isenções tributárias ou outro perdão de receita pelo governo e provisão estatal de produtos ou serviços a preços subsidiados.

As investigações resultaram de queixas apresentadas pela associação de siderúrgicas europeias Eurofer e são parte de um foco internacional sobre o excesso de capacidade produtiva da China em aço, embora Pequim afirme que questão de excesso de capacidade é global.

A Comissão tem nove meses para determinar se vai impor tarifas provisórias de importação contra produtos da China.

Empresário digital tem que ir além do cumprimento da lei

16/05/2016 - Fonte: Contábeis.com



"O consumidor hoje é absolutamente digital. E as empresas têm que saber lidar com isso." Essa é a frase que resume a opinião de Marcel Leonardi, diretor de Políticas Públicas da Google no Brasil. Advogado, Leonardi veio nesta última quinta-feira para uma palestra sobre Economia Digital na sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Londrina (OAB-Londrina), com organização da comissão de Direito Digital da subseção. Na ocasião, ele enfatizou como as empresas precisam passar a lidar com os consumidores em um momento em que toda a economia migra para o digital.

Em sua apresentação, Leonardi lembrou que o consumidor de hoje é aquele que faz compras nas lojas físicas fazendo pesquisas pela internet no smartphone, e que a qualquer problema sofrido com fornecedores expõe seu descontentamento nas mídias sociais.

"Ele vai comentar. Pode ter certeza de que ele vai comentar", enfatiza. Ferramentas para isso ele tem de sobra: vídeos no YouTube, posts no Facebook, publicações no ReclameAqui. "Twitter tem dia que parece um balcão de SAC direto".

"Ao invés de tentar mandar um e-mail, achar qual o telefone de atendimento, o consumidor já coloca lá 'arroba o nome da empresa' e já solta os cachorros, alguns com bem menos educação do que deveria", diz o advogado, em tom bem-humorado.

"Mas é natural que ferramentas assim apareçam. Quando a gente pensa nesse empoderamento que o consumidor teve, é algo que não existia antes. Qual era a chance de ser ouvido por empresas quando éramos lesados como consumidores antes de levarmos isso para um juizado especial cível? Você escrevia uma carta e, com sorte, saía num jornal do bairro, da região, e talvez o fornecedor entrava em contato com você se achasse que aquilo era um problema", ressalva o diretor.

Reféns

Para Leonardi, diante da enxurrada de opiniões divergentes na rede, muitas empresas podem se sentir "reféns" dos consumidores. Mas, segundo ele, a depender do tipo de serviço, do produto e da experiência esperada, é sim necessário estar preparado para atender a todas essas demandas, inclusive com equipe dedicada a isso.

"Ninguém tem dó mesmo. Vai lá, atrasa o voo e tira uma foto do canhoto, da área de bagagem. Não tem mais aquela coisa da carta velada, recebida pelo jurídico. Isso tudo é exposto e as empresas têm que estar preparadas para isso."

E se engana quem pensa que só empresas de internet ou de aplicações precisam passar por esse processo.

"Toda a economia migra para o digital." Para entender isso, basta ver como as pessoas hoje se relacionam com o banco ou compram suas passagens de avião. Tudo pela internet. E o bom relacionamento do fornecedor com o consumidor deve ser contínuo e ir além do que manda a lei.

Relação contínua

"Aquele velho problema brasileiro de que a gente é bom em publicidade, mas péssimo no pós-venda é algo que não pode mais acontecer no ambiente digital. O consumidor tem a expectativa de que a relação seja contínua."

Leonardi lembra ainda que poucas das garantias que o consumidor brasileiro possui existe no "direito legislado", no "direito posto" nos EUA. "Lá não existe direito de arrendimento, e no entanto eles recebem o produto; você pode desistir de comprar; eles trocam produtos com base na lógica de mercado, de fidelizar consumidor.

Debatemos muito a questão jurídica, regulatória, mas o empresário tem que estar muito além daquilo. Para sobreviver no mercado, só cumprir a lei não vai bastar. O que está em jogo não é mais se cumpre ou descumpra a lei, mas se você tem boa reputação no mercado e com toda essa comunidade de usuários (de internet)."

Afinal, explica o diretor da Google, caso o consumidor não esteja satisfeito com um serviço, basta migrar. E no meio digital, fazer isso é muito mais fácil.

"Qual o custo de transação para mudar? Se amanhã o usuário não está satisfeito com a busca do Google, precisa chamar técnico para desinstalar? Não, simplesmente muda de serviço. Isso é uma constante no ambiente digital. É uma ilusão a gente imaginar como empresário que o consumidor vai ser necessariamente fiel à sua ferramenta, plataforma, serviço. Isso no on-line não existe."

Meirelles diz que não vai retirar CPMF do Congresso e fala em imposto transitório

16/05/2016 - Fonte: Contábeis.com



O novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, não descartou a adoção de um imposto transitório para ajudar nas contas públicas. No momento, o governo não vai retirar do Congresso a proposta de recriação da CPMF enviada pela equipe econômica anterior. Ele argumentou que o governo não pode adotar uma medida precipitada.

Ao ser questionado sobre a manutenção ou retirada da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da CPMF, Meirelles respondeu. "É exatamente o que estamos discutindo no momento. Não adotar uma medida com opinião precipitada antes de fazermos uma análise completa da situação. O que existe no momento de despesas e encargos não conhecidos", afirmou.

Em entrevista coletiva nesta sexta-feira (13/05), o ministro da Fazenda avaliou que o nível tributário hoje no Brasil é elevado, mas que se for necessário para a estabilização fiscal, um tributo será aplicado de forma temporária.

"Caso seja necessário um tributo, ele será aplicado, mas certamente temporário porque sabemos que o nível de tributação já é elevado e esse é um fator negativo para o crescimento econômico", destacou durante sua primeira coletiva de imprensa à frente da Pasta.

Meirelles ressaltou que "não há dúvida de que devemos ter como meta uma diminuição do nível tributário por porcentual de produto", mas acrescentou que a prioridade é a estabilização da dívida pública. "Qualquer aumento de tributo tem que ser proposto como temporário se acontecer e se for necessário", afirmou.

Com isso, afirmou, o governo terá um quadro claro para saber se a trajetória de dívida é sustentável. "Sem o aumento de imposto é preferível, porque a carga tributária é muito elevada", afirmou.

Segundo ele, preferencialmente não deveria ter aumento de imposto, mas existe uma prioridade que é o equilíbrio das contas públicas. "Temos que analisar se é necessário um imposto temporário, com prazo determinado, ou que não haja, mas a ideia é que essa decisão não seja tomada precipitadamente", afirmou. Ele informou que, por enquanto, o governo não vai retirar a proposta da CPMF.

Na sua avaliação, o importante é que medidas sejam implementadas com sucesso. "Adiantar três ou quatro dias e depois ter que mudar, temos uma experiência a essa altura e vimos que esse não é caminho", afirmou ele alfinetando o governo petista. Ele avaliou que não vai persistir nesse tipo de erro.

CRIVO

Enquanto a equipe do presidente interino Michel Temer trabalha com a hipótese de abertura de capital da Caixa Econômica Federal em até dois anos, o novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, se comprometeu nesta sexta a realizar apenas nomeações técnicas para os bancos públicos controlados pelo governo federal.

O ex-presidente do Banco Central no governo Lula disse que usará a sua experiência no mercado financeiro para escolher os novos executivos que comandarão as instituições. "As nomeações para os bancos públicos devem ser técnicas. Os profissionais de bancos públicos passarão pelo meu crivo", disse Meirelles, em entrevista ao programa "Bom Dia Brasil", da Rede Globo.

Para o ministro, as nomeações para cargos de gestão em instituições financeiras públicas não devem ter viés político. "Os bancos não são instrumento de política, mas de crédito e poupança. Os bancos públicos estão aqui para financiar o consumo e a produção", completou.

Embora ainda não haja um anúncio oficial, a escolha de Gilberto Occhi para a presidência da Caixa - em substituição a Miriam Belchior - é praticamente uma certeza no grupo que assessora Temer. Funcionário de carreira do banco, Occhi, nome sugerido pelo PP, conheceria todos os trâmites da instituição.

DÍVIDA DOS ESTADOS

Henrique Meirelles disse que trabalhará para chegar a um acordo com os governos estaduais sobre as dívidas dos entes com a União. A questão chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) após diversos Estados conseguirem liminares para pagarem juros simples sobre o saldo da dívida, ao invés dos juros compostos utilizados até então.

"Vamos ter que chegar a um acordo sobre dívidas dos Estados", disse Meirelles, sem entrar em detalhes em relação à proposta que o governo interino fará.

A equipe econômica da presidente afastada Dilma Rousseff argumentava que a adoção de juros simples nas dívidas dos Estados criaria um rombo de R\$ 402 bilhões nas contas da União.

No dia 27 de abril, o relator do processo no STF, ministro Edson Fachin, foi favorável à tese do governo, mas o tribunal suspendeu o julgamento para dar 60 dias para que União e Estados entrem em um acordo.

ISENÇÕES E DESONERAÇÕES

O ministro da Fazenda lembrou, mais uma vez, o excesso de isenções e desonerações presentes na economia brasileira. Segundo ele, os programas sociais que o presidente em exercício, Michel Temer, já afirmou que manterá representam uma parte menor, "se olharmos os panoramas gerais".

"Temos uma série de isenções, desonerações, que representam valores maiores", frisou.

Ele disse que a promessa de Temer não significa que vai continuar o "mau uso" dos recursos destinados a essas ações. No discurso de posse, na quinta-feira no Planalto, Temer prometeu a continuidade dos programas.

Há margem enorme para taxação de ricos no Brasil, diz diretor do FMI

16/05/2016 - Fonte: G1

Diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil e outros dez países, o economista Otaviano Canuto diz que há "margens enormes" para reduzir a sonegação fiscal no país e ampliar os impostos sobre heranças, imóveis e a renda dos brasileiros mais ricos.

Em entrevista à BBC Brasil, Canuto afirma que a ascensão política dos mais pobres cria condições para a aprovação das medidas, que reforçariam o caixa do governo.

Ex-professor de economia da Unicamp, Canuto passou quase uma década no Banco Mundial, onde exerceu os postos de vice-presidente, diretor executivo e conselheiro sobre os Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul). Ele assumiu o posto no FMI em 2015.

De seu escritório em Washington, nos Estados Unidos, Canuto concedeu a seguinte entrevista à BBC Brasil. Leia os principais trechos.

BBC Brasil - Quais devem ser as prioridades do governo Michel Temer na economia?

Otaviano Canuto - Lidar com a trajetória atual de endividamento e de déficits fiscais, tirando-as do curso de alta explosiva, e encaminhar uma série de reformas, como a da previdência, a desvinculação de receitas e a desindexação de alguns gastos. Isso poderia iniciar a recuperação da economia brasileira ao sensibilizar agentes econômicos a desengavetar programas de recuperação do emprego, de gastos e investimentos.

No médio e longo prazo, uma agenda para o aumento de produtividade e de capacidade de crescimento da economia brasileira. Destaco a retomada do programa de concessões e o aumento da participação privada nos serviços de infraestrutura e investimentos. Também a revisão do sistema tributário, particularmente itens que são complexos e custosos até para cumprir com eles, caso do ICMS e do PIS-Cofins.

Outro ponto que tem sido mencionado pelo ministro (da Fazenda Henrique) Meirelles é o reconhecimento de contratos resultados de negociações trabalhistas como sobrepujando outras regras trabalhistas mais rígidas. Isso vai aumentar a flexibilidade no mercado de trabalho e reduzir a rigidez que atrapalha a geração de empregos.

BBC Brasil - É viável pensar em medidas complexas como a reforma da previdência e a desvinculação de receitas levando em conta a curta duração do governo e o momento tumultuado?

Canuto - O governo pode ser curto, mas a percepção da urgência de se proceder com essa agenda é muito elevada. E há naturalmente uma transmissão (a Temer) do apoio demonstrado nesse processo (de impeachment).

Não será para sempre, mas desde que haja um plano claro e um convencimento da classe política como um todo, não vejo por que não. Todo mundo está cansado da crise e há percepção clara de que não há como sair dela sem desenvolver uma agenda como essa.

BBC Brasil - Como o orçamento brasileiro se tornou tão rígido? É algo específico do Brasil?

Canuto - O grau de rigidez, sim. Imaginou-se que por decreto, lei ou por preceito constitucional você conseguiria fazer um desejo se transformar em realidade.

Então o nosso longo e tenebroso legado de exclusão social, desigualdade e pobreza acabou induzindo uma correta expressão de aspirações sob várias formas, inclusive no orçamento, sem que ao mesmo tempo fosse buscado espaço para esses anseios no corte e eliminação de privilégios.

Como não aconteceu esse acerto de contas, o gasto público no Brasil entrou numa trajetória crescente. Mesmo quando o PIB brasileiro estava crescendo bem, a proporção do gasto público no PIB continuou crescendo. Estabeleceram-se indexações como tentativas equivocadas de proteger o gasto sem levar em conta a qualidade, e isso produz distorções.

Veja a vinculação de gastos públicos nos Estados para educação e saúde. Os Estados têm configurações diferentes de população – em alguns casos a população é mais velha e as necessidades não encaixam na média do país. Só que, como está fixado, gasta-se de qualquer maneira.

BBC Brasil - A obra do economista Thomas Piketty gerou um debate mundial sobre a taxaço dos mais ricos. Há margem no Brasil para a iniciativa?

Canuto - O problema da evasão fiscal e da arbitragem dos sistemas tributários é um drama universal. A configuração mais justa nem sempre é a mais eficaz, porque a tributação sobre alguns segmentos é facilmente evasada. É um problema enfrentado desde os membros União Europeia e que também afeta o Brasil. Ainda assim, há margens enormes.

Por exemplo: a tributação sobre o patrimônio imobiliário é justificável na medida em que o patrimônio físico de casas, terrenos, às vezes se valoriza sem que haja nenhum mérito por isso. Nada mais naturalmente taxável do que isso. O mesmo vale para a taxaço sobre heranças, sem eliminá-las – é algo que se justifica do ponto de vista de mérito.

Além disso, esses tipos de taxaço são de evasão mais difícil. São casos óbvios em que a tributação maior é justificável pela eficácia e por razões de equidade. Também tem que haver maior taxaço sobre a renda dos mais ricos, fechando os buracos através dos quais eles possam evitar ter suas rendas classificadas assim.

BBC Brasil - Há maturidade para aprovaço disso no Brasil?

Canuto - A pergunta que eu faria é se existe disposiço política e uma configuraço de forças políticas nessa direço.

Eu diria que sim, na medida em que a pressão popular não tende a desaparecer ou voltar a ser mínima como no passado. A expresso da classe média baixa, dos segmentos abaixo do topo da pirâmide veio para as ruas no sentido figurado e não volta para dentro de casa.

BBC Brasil - Quais os legados deixados pelos governos do PT?

Canuto - Um deles é a percepço de que existem certos tipos de políticas sociais que são eficazes no combate à pobreza extrema com baixíssimo custo, cujo maior exemplo é o Bolsa Família, mas não apenas.

Isso é uma liço fundamental por conta dos diversos efeitos secundários que programas desse tipo trazem, como o empoderamento das mulheres e dos pobres. São um baita avanço em relaço a todos os tipos de políticas sociais do passado e vieram para ficar.

Um segundo legado é a liço clara de como vale a pena preservar uma estrutura de responsabilidade macroeconômica na gestão do país. A experiência do governo do PT mostrou claramente o grande benefício para o governo e o país da preservaço da estrutura de responsabilidade herdada e mostrou a ruptura que pode acontecer quando você se afasta dela.

E o terceiro legado é o de que o regime econômico anterior, muito voltado para dentro, chegou a sua exaustão. A ideia de que a economia brasileira pode crescer simplesmente autopropelida pelo consumo chegou no limite. O que coloca agora a percepço clara de que há a necessidade de se voltar para um aumento de produtividade.

BBC Brasil - Como o avanço social que houve no Brasil na última década se compara com o de países com características semelhantes?

Canuto - Ele foi alto, mas não foi o único. Há um fenômeno bem abrangente, desde o início do último milênio, de reduço da pobreza em termos relativos na América Latina, em boa parte da África, na Europa Oriental e Ásia.

As explicações são diferentes. No caso da Ásia, essa redução se deu particularmente a partir da inserção no aparelho produtivo – as pessoas foram tiradas de atividades de subsistência para trabalhar em atividades mais modernas, em geral nas cidades, associadas à indústria manufatureira.

No caso da América Latina tem muito a ver com uma melhora substancial nas políticas públicas, com uma mudança no eixo do poder político que favoreceu ou deu voz grande a pessoas do baixo da pirâmide.

A educação dos pobres brasileiros nunca foi uma grande prioridade da elite brasileira – também porque ela nunca precisou, muito pelo contrário.

A partir do momento em que você tem universalização de meios de comunicação, você passa a ter aspirações, e a referência de que sim, se podem mudar as coisas. A pressão da base da pirâmide hoje é uma força política que não pode mais ser ignorada.

Canuto diz apoiar ideia de Meirelles sobre fazer com que negociações trabalhistas prevaleçam sobre contratos.

]

BBC Brasil - Hoje a elite brasileira tem interesse em melhorar educação dos mais pobres?

Canuto - Sim. Ao falar de elite estou falando de maneira ampla de um grupo de pessoas que tenham posição na liderança do curso das políticas e das atividades produtivas. Hoje no Brasil se sabe que ou o país conta com uma base melhor educada, ou esses caras não vão conseguir produzir nada no futuro que seja sustentável.

Fugir para o exterior para viver de contas bancárias tampouco é uma opção - quem depende só de contas bancárias em outras partes do mundo não configura bem uma elite.

BBC Brasil - Houve algum país que conseguiu fazer uma transição de um modelo econômico baseado em commodities, como o brasileiro, rumo a outro focado em inovação?

Canuto - Todos os países nórdicos, a Austrália, o Canadá. Existem exemplos de países como Botsuana, na África, que conseguiu aproveitar bem o boom e a abundância de recursos minerais – no caso deles, diamantes – para melhorar largamente a qualidade da educação e saúde.

Mas o Brasil não é simplesmente um produtor de commodities e de atividades primitivas. Tem muita tecnologia e valor agregado em serviços sofisticados embutidos na produtividade agrícola brasileira. Tem muita competência na habilidade de prospecção e exploração de petróleo em alto-mar desenvolvida pela Petrobras.

O Brasil mostrou que, desde que atividades industriais possam se integrar em cadeias de valor no exterior, segmentos relevantes intensivos em tecnologia e em uso de mão de obra qualificada podem permanecer dentro do Brasil, como no caso da Embraer.

Quando digo que houve uma exaustão do modelo anterior, não quero dizer que o que foi alcançado no modelo anterior desapareceu. O consumo de massa no Brasil vai continuar sendo relevante. O ponto é que isso só não será suficiente para país crescer a taxas como vinha crescendo no novo milênio.

BBC Brasil - Como o Brasil pode voltar a investir em infraestrutura se grande parte das empresas do setor está enrolada na Lava Jato e enfrenta grandes dificuldades financeiras?

Canuto - Essas empresas estão fazendo acordos de leniência e já vêm há algum tempo se preparando para enxugar, para focalizar nas áreas em que são mais competentes.

Ao mesmo tempo isso abrirá espaço para outras empresas também – estrangeiras, nacionais ou combinações entre elas.

O importante é que haja mais agentes disputando mercado e que as regras prevaleçam em lugar de esquemas pré-fixados, como vinha sendo o caso.

Economistas veem queda maior do PIB neste ano e cortam inflação em 2017

16/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

A pesquisa semanal do Banco Central com economistas e instituições financeiras voltou a mostrar contração maior da atividade econômica neste ano e alívio na inflação em 2017, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira (16).

Segundo o Boletim Focus, o PIB (Produto Interno Bruto) deve recuar 3,88% neste ano, enquanto na semana passada a estimativa era de queda de 3,86%. Quatro semanas antes, o mercado via contração de 3,80% da atividade econômica em 2016. Para o próximo ano, a perspectiva de crescimento foi mantida em 0,50%.

Na sexta-feira (13), IBC-Br, indicador de atividade do Banco Central, mostrou que a atividade econômica do país recuou 1,44% no primeiro trimestre do ano. Em março, a queda foi de 0,36% em relação a fevereiro, enquanto na comparação com o mesmo mês de 2015 o recuo foi de 6,64%. Em 12 meses, o índice cai 5,11%.

A projeção para o IPCA (índice oficial de inflação) neste ano foi mantida em 7%, mas a de 2017 foi cortada de 5,62% na pesquisa passada para 5,50% neste boletim.

Em relação ao câmbio, a projeção para o dólar no final deste ano foi mantida em R\$ 3,70 e permaneceu em R\$ 3,90 em 2017.

A estimativa para a taxa básica de juros (Selic) também foi mantida em 13% neste ano e cortada de 11,75% para 11,50% no próximo.

Empresas recebem aumento de tributação

16/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

Empresários de vários setores já começam a fazer as contas de quanto aumentará a carga tributária no novo governo de Michel Temer.

Com o rombo fiscal do país e a queda de arrecadação, muitos executivos avaliam como grande a chance de aumento da tributação.

Com relação ao Imposto de Renda, há discussões sobre a adoção de recomendações da OCDE, que podem implicar em mudanças na dedutibilidade de despesas e análises de planejamentos tributários, diz Ana Claudia Utumi, do TozziniFreire Advogados.

A tributarista também vê a possibilidade de revisão de alíquotas de IPI e de IOF de produtos, por se tratar de medida que pode ser adotada por decreto, assim como mudanças nos IOFs, que não requerem edição de leis.

"Embora já tenham sido majorados, há sim possibilidade de virem outros aumentos", diz ela.

"Henrique Meirelles, novo ministro da Fazenda, lembrou que a carga tributária é alta, que deve ser reduzida, mas no final das contas, vai precisar fazer ajustes e poderá ser

necessário um tributo, como a CPMF, mas de modo temporário", lembra Douglas Mota, do Demarest.

"Além disso, há a mudança de PIS/Cofins, que deverá penalizar mais o setor de serviços", afirma Mota.

A desoneração deverá acabar de cair para os setores que ainda mantiveram a vantagem, o que repõe no cenário os 20% de INSS sobre a folha de pagamento. Advogados também esperam um aumento nas fiscalizações. "Em 2015, a Receita Federal autuou menos do que havia orçado", afirma Utumi.

Artigo: Renegociação de dívidas

16/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

Já virou rotina tomar empréstimo aqui para pagar outro ali. Muitas famílias já incorporaram o pagamento de prestações e juros no orçamento doméstico e não conseguem se livrar desse círculo vicioso.

A crise econômica complicou ainda mais uma situação que já era bastante frágil. De um lado, a elevação dos juros aumentou o custo dos empréstimos, e, de outro, o desemprego reduziu a receita da família.

Em vez de reduzir despesas, repensar hábitos de consumo e eliminar excessos, muitos escolhem o caminho mais fácil: pedir empréstimo. Financiar a fatura do cartão, usar o limite do cheque especial e fazer outro empréstimo consignado são as "soluções" que muitos adotam.

Os credores fazem de tudo para receber o dinheiro de volta. Feirões de renegociação de dívida são organizados por credores, dispostos a negociar com os devedores e recuperar ao menos parte do dinheiro.

O consumidor vê na renegociação de dívida uma forma de limpar o nome, cedendo à enorme pressão das assessorias de cobrança. Muitos o fazem por se sentirem excluídos do mercado, da sociedade. Ou não suportam os telefonemas agressivos, com abordagens ameaçadoras, e acabam aceitando acordos que não conseguirão cumprir.

De um lado, as instituições financeiras com urgência em recuperar o dinheiro emprestado. De outro, pessoas com vontade de ajustar os compromissos ao orçamento familiar. Se as duas partes possuem interesse na solução, não há razão para não chegarem a um acordo.

ADIMPLENTE

Muitos credores se recusam a renegociar com devedores que estão "adimplentes", ou seja, estão pagando as parcelas. Acontece que essa pontualidade no pagamento não é espontânea nem voluntária. Como a conta-corrente do cliente é debitada automaticamente, é falsa a percepção de que está tudo bem. Não está.

Se você está adimplente, pagando com dificuldade as dívidas contraídas em modalidades, prazos e custos inadequados, chame o credor para uma conversa, mostre informações sobre sua situação financeira e alerte para o fato de que a inadimplência será inevitável se as linhas de crédito não forem readequadas.

Dica valiosa: cancele o débito automático da operação de crédito e, se for o caso, de salários depositados via bancos –faça a opção pela poupança-salário, por exemplo.

Cancele também o limite do cheque especial para evitar que o banco pague a prestação de um empréstimo pessoal com o rotativo.

INADIMPLENTE

Para os casos em inadimplência, o ideal é negociar um bom desconto para liquidar o débito. Não tem dinheiro? A saída é negociar o alongamento da dívida, partindo do saldo devedor devido, eliminando os encargos moratórios.

Para fazer uma boa renegociação de dívida, é preciso organização. Pesquise e entenda como a dívida está classificada no BC. Demonstre como pretende saldar a dívida. Seja determinado para alterar hábitos de consumo para efetivamente cumprir o compromisso assumido visando recuperar seu crédito e tranquilidade.

SISTEMA SCR

O Sistema de Informações de Crédito do BC (SCR) permite identificar como o empréstimo está contabilizado. Diferentemente dos cadastros restritivos, apresenta valores de dívidas a vencer (sem atraso) e de dívidas vencidas (com atraso). Trata-se de fonte de informação importante, pois traz o exato saldo devedor na data de emissão do relatório.

O SCR pode ser consultado pelas pessoas físicas e pelas instituições financeiras desde que tenham autorização específica. Será de grande valia na renegociação de dívidas.

Quando o sistema registra que a operação de crédito permanece na posição "ativa" da instituição financeira, o percentual de desconto para quitação do débito dificilmente ultrapassa 10%. Se constar na posição de "vencido", o desconto poderá ser bem maior. Se o crédito foi "vendido para terceiros", o percentual de desconto pode chegar a 60% do saldo devedor.

Dívida, por algum tempo e até certo limite, pode viabilizar crescimento patrimonial e conquista de objetivos. Se você está endividado e não possui conhecimento e segurança suficientes para renegociar com seu credor, busque ajuda.

Marcia Dessen – (Diretora do Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros).

Desemprego adia para 2018 recuo da inadimplência

16/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

O agravamento da crise econômica, com desemprego crescente e inflação corroendo o poder de compra do consumidor, fez com que entidades e consultorias adiassem para 2018 as previsões sobre o início da queda da taxa de inadimplência.

Antes, esperava-se que os calotes comesçassem a diminuir no ano que vem.

A ANBC (Associação Nacional de Birôs de Crédito) previa que a inadimplência começaria a recuar a partir de 2017, mas revisou a projeção por causa do aumento do desemprego –10,9% no primeiro trimestre do ano, o equivalente a 11 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho.

"Diferentemente do que aconteceu em 2012, quando tivemos o último surto de inadimplência –causado por excesso de endividamento da população em cenário de desemprego em queda–, desta vez é o desemprego que está puxando a inadimplência", diz Luiz Rabi, economista da empresa de informações de crédito Serasa Experian.

Pelas projeções de Rabi, o desemprego só para de crescer no primeiro trimestre do próximo ano.

"Na melhor das hipóteses, começa a cair no segundo semestre do ano que vem. O problema é que, assim como é o último indicador a espelhar uma crise econômica, é também o último a recuar", acrescenta.

Para voltar a contratar, os empresários precisam ter confiança de que a economia vai engatar trimestres consecutivos de crescimento, ressalta Rabi. E só com renda novamente esses consumidores poderão pagar suas dívidas e tirar o nome do cadastro de devedores.

RENEGOCIAÇÃO

João Morais, economista da Tendências Consultoria, também projeta a queda do calote para o início de 2018. "O movimento de renegociação de dívidas já está batendo no indicador. A taxa de inadimplência teria sido maior no ano passado se não fosse por isso", diz.

"Mas a própria renegociação tem limites. Parte do crédito renegociado não vai ser paga", alerta.

Dados do Banco Central mostram que a inadimplência na linha de crédito de renegociação de dívidas está aumentando. A taxa média no primeiro trimestre chegou a 17,8%, ante 16,6% no mesmo período do ano passado.

Para Fernando Sampaio, diretor de macroeconomia da LCA Consultores, a queda da taxa básica de juros (Selic) pode ajudar a conter a inadimplência de pessoa física. "O consumidor poderá trocar a dívida mais cara por uma mais barata."

Luiz Fernando Castelli, economista da GO Associados, vê a inadimplência caindo a partir do último trimestre de 2017. Mas, diz, se a falência de empresas aumentar, pode elevar ainda mais o desemprego e impactar a taxa de calote.

VIDA REAL

Atualmente, segundo a Serasa, 60 milhões estão com o nome sujo no Brasil.

São pessoas que não conseguem contratar empréstimos e que tinham, no total, R\$ 256 bilhões de dívidas em atraso, seja com bancos, financeiras, lojas ou com concessionárias de luz, água e telefonia. Eles representam 41% da população com mais de 18 anos no país.

A empresa que prestou o serviço pode entrar em contato com os birôs de crédito para informar sobre o atraso um dia depois do vencimento da conta.

O birô, então, manda uma notificação da pendência para o consumidor, que terá dez dias, a partir do envio da carta, para quitar a dívida.

Só depois disso ele poderá ser incluído no cadastro de devedores, que é consultado por empresas na hora de conceder crédito ou no pagamento a prazo.

Em média, a chamada negativação ocorre 60 dias após o vencimento da conta.

Além da restrição no crédito, o consumidor com nome sujo pode ter dificuldade para abrir conta em banco, alugar imóveis e contratar um plano de saúde.

Se a dívida for com serviços recorrentes, como contas de luz e gás, poderá ter o serviço cortado.

Salvador de montadoras aposta grande e põe imagem em xeque

16/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

Aquele era um momento típico de Carlos Ghosn. Impecavelmente vestido e extremamente confiante, o presidente-executivo da aliança Renault-Nissan recebia cheio de entusiasmo o novo membro da família: a Mitsubishi.

Ao lado dele, na quinta-feira (12), estava um cansado Osamu Masuko, presidente-executivo da Mitsubishi, que, após uma maratona de negociações com Ghosn, chegou a um acordo que prevê que a Nissan vai injetar US\$ 2,2 bilhões na montadora japonesa para ajudá-la a sobreviver ao recém-descoberto escândalo de manipulação de dados de economia de combustível.

O acordo foi aplaudido pelos investidores da Mitsubishi, que logo compararam-no à chegada de Ghosn à Nissan, em 1999, para salvá-la do colapso. "Na Nissan, eu era um piloto sem guia", disse o executivo. "Agora, já temos uma referência: ativos suficientes, conhecimentos, know-how, experiência e boa vontade de ambos os lados para as coisas funcionarem."

Se for bem-sucedido o acordo que prevê a compra de 34% da Mitsubishi pela Nissan, a aliança terá uma venda global de 9,6 milhões de veículos, encostando nos cerca de 10 milhões vendidos pelas três gigantes: Toyota, Volkswagen e GM.

"No Japão, Ghosn é o salvador da Nissan e um presidente-executivo estrangeiro bem-sucedido. Mas, no cenário global, a Renault-Nissan não está entre as três maiores montadoras. Agora ele tem a chance de chegar lá", afirmou Jochen Legewie, chefe no Japão da consultoria CNC.

A expansão do império pode ajudar Ghosn, 62, a atingir suas ambições, mas é uma aposta arriscada, que pode manchar seu currículo na indústria automobilística.

Filho de pais libaneses e nascido no Brasil, ele passou 18 anos na Michelin antes de ser contratado em 1996 por Louis Schweitzer, então presidente-executivo da Renault. Três anos depois, foi enviado ao Japão para recuperar a Nissan.

Ele alcançou o objetivo, que serviu como trampolim para mais sucesso. Nos últimos 11 anos, ele é o único executivo a comandar duas montadoras –é presidente-executivo da Nissan desde 2001 e da Renault desde 2005.

Não que a aliança franco-japonesa seja um paraíso.

A Renault tem 43,4% de participação na Nissan e, na prática, poder de veto sobre a montadora. Já a Nissan não tem direito a voto na francesa, mesmo tendo 15% das ações –o que é uma fonte de tensão na parceria.

Ghosn tem um relacionamento difícil com o governo francês, que é o maior acionista da Renault (com fatia de 19,7%) e pode ter influência sobre a Mitsubishi.

Para o executivo, porém, não dava para desperdiçar a chance de comprar um pedaço da Mitsubishi a preço de banana. "Você não escolhe o momento", disse. "As oportunidades acontecem."

Mercedes faz seu sedã mais famoso rodar sem motorista

16/05/2016 - Fonte: UOL Notícias

Sinal dos tempos: apesar da nova carroceria e dos novos motores, o destaque do novo Mercedes-Benz Classe E está no que não se vê.

Há dezenas de circuitos e computadores que fazem do novo Classe E 2017 um sedã quase autônomo, capaz de prevenir e reagir em situações de risco, sem a intervenção do motorista.

A tecnologia que atua em nome da segurança encanta, enquanto as facilidades oferecidas pelo sistema multimídia confundem os menos afeitos a tecnologias. É difícil se adaptar a tantos comandos e atalhos.

Esta décima geração do carro, lançada agora em Portugal, chega ao Brasil no final deste ano e só não é mais autônoma por questões legais.

A responsabilidade ao volante continua a ser do motorista. Equipado com radares e câmeras nas versões de topo, o Classe E observa os arredores em 360º, num raio de até 500 metros, e toma decisões caso o motorista não reaja em uma situação de emergência. O carro é capaz de desviar ou frear diante de um potencial acidente.

FAIXAS NA PISTA



Além disso, é possível programar o carro para se autodirigir em estradas ou congestionamentos. Ele se orienta pelas faixas na pista e sinalização e até seguindo o veículo à frente.

Tudo controlado por câmeras, radares e computadores, dentro da velocidade programada pelo motorista. Para ultrapassar, basta ligar o pisca. O carro analisa o trânsito e faz a ultrapassagem, sem intervenção do motorista.

Por medida de segurança, o Classe E pede que o motorista coloque as mãos no volante no máximo a cada 60 segundos. Caso isso não aconteça, vai diminuindo a velocidade até parar, abrindo um botão de emergência para se comunicar com uma central de ajuda. A interpretação do carro é de que, se o motorista não reagiu, pode ter dormido ou ter tido um problema de saúde.

Se o carro trafega sozinho, também estaciona sem ajuda do dono, que inclusive pode estar fora do Classe E. Com um aplicativo no celular, basta autorizar e ficar a até 2,5 metros do carro que ele manobra em vagas apertadas, estacionando com ajuda de câmeras e radares.

A nova identidade visual do carro, porém, acabou alinhando os principais sedãs da Mercedes. O Classe E está muito parecido com o C, perdendo o ar de exclusividade que sempre teve.

Não estão definidos os modelos e equipamentos que virão da Alemanha para o Brasil, mas o sedã E 200 básico custa 45.300 euros (cerca de R\$ 179 mil) na Europa.

Novo ministro da Fazenda fala sobre cortes, inflação e previdência

16/05/2016 - Fonte: G1

Ex-presidente do Banco Central nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, Henrique Meirelles se tornou ministro da Fazenda do presidente em exercício, Michel Temer, na última quinta-feira (12). Em entrevista ao Fantástico, Meirelles respondeu perguntas da repórter Poliana Abritta e de brasileiros em várias cidades do país. Confira trechos da entrevista:

Poliana: **Eu tô aqui com o novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ministro, obrigada por nos receber aqui. Eu imagino que o senhor tá ainda tomando pé das coisas. O gabinete tá ainda todo vazio, né? Como que o senhor se sentiu? O senhor que hoje tem nas mãos o maior problema que o Brasil tem, que é a economia.**

Meirelles: É uma posição de muita responsabilidade. A situação de fato do país é muito difícil. Todos tão sentindo isso no seu emprego, naqueles amigos, parentes, ou na própria pessoa que perdeu o emprego, a inflação elevada, as coisas cada vez mais caras, a renda não acompanhando, os empresários tendo dificuldade.

Poliana: Qual é na opinião do senhor o maior desafio?

Meirelles: O problema do Brasil foi uma questão de confiança. Por exemplo, se eu como consumidor compro menos, você como comerciante vende menos. Já que você vende menos, você começa também a comprar menos. No que você está comprando menos, você pode de fato demitir um funcionário.

Poliana: **Ministro, todo mundo fala em crise, os discursos falam em crise. Crise é uma palavra que tá na boca do povo. O Fantástico percorreu cidades brasileiras e ouviu dos brasileiros as principais dúvidas. As pessoas vão participar junto comigo dessa entrevista com o ministro Henrique Meirelles. Vamos pra primeira pergunta:**

O desemprego tá preocupando muito a população ultimamente. O que que você pretende fazer pra barrar o desemprego?

Poliana: **A gente vê aí que o desemprego não é uma preocupação à toa das pessoas. Já são mais de 11 milhões de desempregados hoje no Brasil. E aí, ministro?**

Meirelles: Para nós resolvermos um problema, nós temos que entender o que causou o problema. Então o que que está causando o aumento do desemprego. É exatamente por que as empresas tão vendendo menos, portanto produzindo menos, portanto demitindo funcionários.

Toda vez que se demite alguém, tem mais uma pessoa, um pai de família, uma mãe de família desempregado. Nós temos que fazer com que a economia volte a andar. Temos que fazer com que de novo a produção aumente, as vendas aumentem, em função disso as empresas contratem as pessoas. Todos temos pressa, mas pra isso nós precisamos tomar medidas fortes, medidas que de fato façam efeito.

Polina: Que tipo de medidas, ministro?

Meirelles: Por exemplo, a questão das finanças públicas. Agora o que nós temos que fazer é exatamente controlar estas despesas principalmente aquelas despesas que não são tão necessárias. Não estamos falando nos programas sociais. Não, porque isso é absolutamente necessário.

Mas por exemplo existem muitas coisas: aumento de despesa por aumentos de salários, de determinados tipos de funcionários que não necessariamente poderiam ser justificável pelo aumento das receitas, outros tipos de gastos, em resumo, que não eram necessários. Portanto é isso que tem que ser feito. Tem que se baixar as despesas e colocar cada vez mais próximo do que o país ganha e que o governo arrecada.

Poliana: Mas nesse momento a gente tem ainda uma expectativa de aumento desse desemprego por um período, né, ministro?

Meirelles: Sim, porque é como um carro... Imagine um ônibus que vem numa certa velocidade porque tava acelerando, mas de repente, resolve-se frear. Mesmo aplicando um freio, no caso, no desemprego, o ônibus ainda anda um pouco até parar, mas o importante é que as pessoas sentirem que tá diminuindo essa velocidade e que vai parar.

Gostaria de saber se vai continuar subindo os alimentos, porque o salário da gente não aumenta. E cada vez que a gente vai no supermercado, tá tudo mais caro. Vai continuar assim?

Poliana: O que essa senhora falou todo mundo sente. A gente vai no supermercado e tá tudo mais caro. O último dado do IPCA foi de 9,38% acumulado nos últimos 12 meses. Como é que fica, ministro, a situação?

Meirelles: Em primeiro lugar, na medida em que o governo gasta menos, exatamente pelo corte de despesas como eu estava explicando, isso injeta menos dinheiro pra alimentar a inflação.

Poliana: Corte aonde ministro?

Meirelles: Por exemplo, o que já foi anunciado agora da diminuição do número de ministérios. Isto já é um corte na própria carne. Na medida em que dez ministérios que existiam deixam de existir.

Outra coisa, corte no número de funcionários públicos. Em resumo, uma série de medidas fortes que vão ser tomadas de maneira a que a população possa olhar e dizer: não, tá cortando na carne. Isso vai acontecer mesmo, no momento em que todo mundo começar a acreditar nisso, todo mundo começa a acreditar que a inflação vai cair.

Ministro, que que você poderia fazer pra diminuir a conta de luz?

Poliana: Eu gosto dessa pergunta demais, porque ela fala da casa da gente, da minha casa, da casa dele, da casa do senhor, das empresas, das indústrias, ela fala de todo mundo.

Meirelles: Como é que nós vamos baixar a conta de luz? Vai ter que produzir mais energia. Pra produzir mais energia, energia que seja um pouco mais barata. Uma fonte de energia barata, mais barata, é por exemplo a que é feita produzida pelas represas, pelas hidroelétricas etc. Isso é um pouco mais barato.

Dependendo do tipo de fonte alternativa, solar e etc. pode também ser mais barato. Agora para isso é necessário investimento, é necessário tempo, é necessário planejamento.

Poliana: Ou seja, de novo, uma solução que não é de curto prazo?

Meirelles: Quando muitas vezes procurando a solução fácil, o governo simplesmente decreta baixar o preço como já foi feito no passado.

Qual é o resultado disso? As companhias elétricas que produzem energia passam a ter tremendos prejuízos. Que que acontece?

Alguém tem que pagar. E aí a conta de luz tem que aumentar. Soluções fáceis e imediatas podem agradar no primeiro mês, dois meses, mas depois ele vai reclamar muito porque vai acabar subindo.

Ministro, como resolver o problema da Previdência que cada vez mais piora e a população tá cada vez tá mais velha?

Poliana: Eu imagino que esse seja um ponto crucial e fundamental pro senhor. Não é a toa que o senhor incorporou a Previdência dentro do ministério. E o senhor tem pressa nisso?

Meirelles: Sim. Quando o presidente tomou a decisão de trazer a previdência pro Ministério da Fazenda, a ideia era exatamente foi esta de que uma parte importante do problema é a Previdência.

Aí tem uma coisa que eu digo há muito anos que é o seguinte: vamos devagar por que eu estou com pressa. O que eu quero dizer com isso é o seguinte: isso tem que ser debatido com a opinião pública, com o Congresso.

Poliana: O senhor tem a chance de agora de iniciar esse debate com a sociedade nos dizendo quantos anos a mais, cinco a mais pro lado, cinco a mais pro outro.

Meirelles: Isso aí é que nós estamos exatamente fazendo as contas agora. Começando na realidade ontem à noite, já a fazer essa contas.

E de novo, eu estou mais ansioso até do que ele pra saber disso rapidamente. Mas o dia que nós anunciarmos algo, você e ele e todos que nos veem podem ter a certeza de que é isto, que será mudando e que vai funcionar.

Henrique Meirelles, você vai aumentar o salário mínimo?

Meirelles: Não adianta uma solução fácil. Eu digo: tá bom vamos aumentar logo o salário mínimo bastante aí. Tudo bem, mas quem paga?

Então tudo precisa ser realista. O que eu vou dizer é o seguinte: nós tamos estudando tudo pra adotar as medidas pra fazer o país voltar a crescer, voltar a aumentar o emprego. Isto é: diminuir o desemprego e aumentar a renda de cada um, cair a inflação e o salário mínimo de fato ter um aumento real. Não só o mínimo, todos os salários.

Como é que fica a carga tributária do país agora com essa nova mudança tanto da pessoa física tanto da jurídica que a carga tá muito alta muito pesada tanto pro contribuinte como pro empresário. Como é que fica?

Meirelles: O ideal é, portanto, cortar impostos, diminuir os impostos. Isso é o ideal. Por quê? Por que daí o país cresce mais, porque as pessoas pagam menos impostos, e portanto compram mais.

Só que no momento o governo está arrecadando, recebendo muito menos do que está gastando. Pode ser até, eu não estou dizendo que isso vai acontecer, que tenha temporariamente um aumento de impostos. Qual é o risco aqui? É que esta palavra "temporário" foi muito mal usada durante muitos anos. É temporário e o temporário fica permanente.

Poliana: O governo vai continuar e vai manter a proposta que já está no Congresso de recriação do imposto do cheque, que é a antiga CPMF?

Meirelles: Não, não existe essa decisão, não. Porque como eu disse, o ideal é que não se consiga... se consiga e não seja necessário aumentar imposto. Só com diminuição de despesas, nós conseguimos chegar nesse ponto. Porque todo o esforço é pra isso.

Poliana: Em tudo dando certo, e todos nós torcemos muito para que dê certo, o senhor é candidato à presidência em 2018?

Meirelles: Não. Não sou candidato. Eu sou candidato a conseguir fazer um bom trabalho hoje aqui no Ministério da Fazenda. Isso é que é importante.

Poliana: Ministro, muitíssimo obrigada. Olha que dê tudo certo pra todos nós. O senhor tem uma missão aí pesada, todo mundo sabe que o senhor tá com o maior problema que o país tem nas mãos, mas que a gente daqui a três meses converse de novo. Que a gente já começa a ver esses sinais.

Meirelles: Muito obrigado. É o que eu desejo.

Como se reinventar no trabalho

16/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A vida profissional nem sempre é como esperamos e, às vezes, é preciso fazer alguns ajustes. Repensar a carreira, mudar os rumos e seguir por novos caminhos não é nenhum pecado e, em muitos momentos, essa pode ser a melhor solução para quem quer continuar crescendo ou mesmo explorar novas oportunidades.

O que é preciso ter em mente antes de fazer essa mudança? De acordo com a coach Ana Lisboa, a percepção do mercado é o principal ponto que precisa ser levado em conta por quem pensa em fazer essa migração.

“É preciso saber olhar à sua volta e estar antenado ao que acontece na sua área de atuação para identificar tendência e possíveis caminhos”, destaca a especialista. Como ela aponta, há uma série de “profissões modernas” surgindo em diferentes áreas e perceber esses movimentos pode ajudar a encontrá-las.

Novos rumos

Algumas recomendações para ajudar quem quer mudar de carreira:

- Conheça seus pontos fortes e principais habilidades.
- Esteja atento ao mercado e às suas tendências para identificar novas áreas de atuação.
- Busque especialização, seja com cursos rápidos ou mesmo uma pós-graduação.
- Não abra mão de suas qualificações e experiências anteriores, pois elas podem ajudar na nova fase. Essa mudança de rumo não significa, porém, dar uma reviravolta na carreira para recomeçá-la em outra área. Como explica Ana, trata-se de encontrar um novo rumo ainda dentro de seu campo de atuação e com base nos conhecimentos e na bagagem que a pessoa já acumulou.

“É como se voltássemos à divisão das ciências Humanas, Exatas e Biológicas e, dentro do caminho que você seguiu inicialmente, procurasse outras ramificações”, ilustra a coach. Um profissional de comunicação, por exemplo, pode partir para o marketing ou mesmo assessorar um cliente em um canal no YouTube”.

Outra maneira de se redescobrir é a partir de uma autoavaliação. A consultora e professora da pós-graduação da FAE Luciane Botto sugere que o indivíduo olhe para si em busca de pontos fortes e habilidades que ajudem a indicar o novo caminho, além de coisas que gosta de fazer.

“Às vezes, um hobby ou mesmo algo que a gente pensava quando criança podem ajudar a encontrar esses talentos adormecidos. Mas, antes, é preciso se enxergar de outro ângulo para achar essas riquezas.”

Para Botto, a mudança na carreira pode ser bastante benéfica, pois ajuda a alcançar novos aprendizados e a enriquecer o currículo. Porém, ainda assim, é comum que as pessoas tenham resistência a essa reinvenção.

“Às vezes, não olhamos para outras áreas porque não sabemos que podemos gostar dela. Se você se permitir ter novas experiências, pode se redescobrir por completo”, diz. Para ela, o maior risco da pessoa é aceitar a própria zona de conforto.

Mudança consciente

Mas mudar o foco de sua carreira é algo que exige preparo, principalmente quando não há experiência na nova área. E a principal recomendação das especialistas é buscar uma especialização que ajude nesse sentido, seja com uma pós-graduação, cursos e leitura sobre o tema. Como acrescenta Botto, pode ser que a pessoa já tenha aquele conhecimento, mas lhe falta prática e profundidade.

Ainda assim, essa migração precisa ser feita de maneira consciente, inclusive na capacitação. “Investir em educação é sempre bom, mas é preciso cuidado onde investir seu dinheiro”, alerta Ana.

“Um curso demanda tempo e recursos que muitas vezes a pessoa não dispõe”. Para ela, em alguns casos, é mais vantajoso partir para cursos menores e mais baratos. “A pessoa tem que arriscar com consciência, sempre com passos concretos e pé no chão”, adiciona Botto.

Lucro das empresas de capital aberto cai 33,9% no 1º tri, revela Economatica

16/05/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

O lucro líquido de 300 empresas de capital aberto no Brasil somou R\$ 23,165 bilhões no primeiro trimestre de 2016, valor 33,99% inferior na comparação com o mesmo período de 2015, quando o total foi de R\$ 35,093 bilhões, de acordo com pesquisa da Economatica, que desconsidera o resultado da mineradora Vale.

O setor bancário é o de maior lucratividade, já que de janeiro a março deste ano os 21 bancos de capital aberto lucraram R\$ 14,302 bilhões. Ao comparar com o resultado do ano passado, quando ficou em R\$ 17,87 bilhões, no entanto, é vista uma queda de 19,98%.

Dos 25 setores avaliados pela Economatica, 19 registraram lucro no primeiro trimestre de 2016 e seis reportaram prejuízo. Entre os segmentos com resultado positivo, 13 reportaram crescimento e 12 queda de lucratividade.

O setor de energia elétrica foi o setor com maior prejuízo no período, de R\$ 1,90 bilhão contra um lucro de R\$ 5,182 bilhões em 2015.

Ao considerar o resultado da mineradora Vale, as 301 empresas de capital aberto no Brasil registraram lucro de R\$ 29,47 bilhões, um crescimento de 15,34% ante 2015.

Empresas

Na divisão por empresas, a Economatica revela que a Vale foi a mais lucrativa no primeiro trimestre de 2016, com R\$ 6,31 bilhões, ante um prejuízo de R\$ 9,53 bilhões em 2015.

Das 20 empresas mais lucrativas no primeiro trimestre de 2016 quatro tiveram queda de lucratividade com relação ao 2015, sendo o Banco do Brasil o que registra a maior queda nominal, de R\$ 3,45 bilhões.

O setor bancário é o setor com maior número de representantes entre as 20 empresas mais lucrativas, com cinco instituições. Em segundo lugar está o setor de papel e celulose com três empresas.

Já entre os resultados negativos, a Eletrobras foi a maior, com prejuízo de R\$ 3,89 bilhões de janeiro a março deste ano. No ano de 2015, a empresa tinha registrado lucro de R\$ 1,25 bilhões.

A Petrobras é a empresa com maior queda de resultado entre 2016 e 2015. Em 2016, a empresa registrou prejuízo de R\$ 1,24 bilhões contra lucro de R\$ 5,33 bilhões em 2015.

Investidores estrangeiros apostam na recuperação do Brasil

16/05/2016 - Fonte: Agência Brasil

Geert Aalbers, diretor sênior e chefe da Control Risks no Brasil, parece estar no lugar certo, na hora certa. A consultoria global de risco, que opera no país há cerca de 20 anos, registra crescimento substancial desde o ano passado.

Sem antecipar os números, Aalbers diz que 2016 será o melhor ano da companhia no Brasil. Com a crise política e o escândalo da Petrobras, a demanda por análises de integridade e risco político, investigações e diligência prévia para fusões e aquisições aumentou de forma significativa.

“Estamos vendo um grande interesse de investidores internacionais, fundos de private equity, fundos de pensão, grandes conglomerados, todos tentando compreender o cenário e buscando boas oportunidades para colocar os pés na América Latina”, diz.

Os ativos brasileiros se tornaram tão baratos que alguns analistas chegaram a qualificar o Brasil, junto com outros mercados emergentes, como o negócio desta década. A moeda brasileira se desvalorizou de forma significativa em relação ao dólar em 2015 e apesar da recuperação vista nos primeiros meses deste ano ainda está no menor valor desde 2003.

Com a recessão e a desvalorização do real, as companhias brasileiras nunca estiveram tão baratas. Muitas delas, afetadas pela crise e pelo escândalo de corrupção na Petrobras, estão vendendo boa parte de seus ativos. É o caso do BTG Pactual, maior banco de investimento independente da América Latina.

Desde que o fundador e CEO do banco, André Esteves, foi preso sob a acusação de tentar atrapalhar as investigações do esquema de corrupção, o BTG se desfez de ativos importantes, como o controle do banco suíço BSI e ações na Rede D'Or São Luiz, a maior rede de hospitais privados do país.

De acordo com relatório da área de inteligência da Thomson Reuters, o banco atuou em dez negociações apenas no primeiro trimestre deste ano, totalizando US\$ 2,779 bilhões.

A Petrobras, com uma dívida que supera os US\$ 130 bilhões, também planeja vender US\$ 15 bilhões em ativos até o fim do ano.

Robert Abad, fundador da consultoria em mercados emergentes EM+BRACE, baseada na Califórnia, diz que o Brasil ainda é uma das nações mais promissoras da América Latina.

“Há uma filosofia que todo investidor em mercados emergentes precisa ter. Se o país tem uma boa base, se houve progresso ao longo dos anos, então quando uma crise dessas acontece é o momento certo para investir”, diz.

Dados da plataforma financeira Dealogic mostram que o número total de fusões e aquisições no Brasil atingiu US\$ 22,59 bilhões no último trimestre de 2015, o melhor quarto trimestre desde 2013 e o terceiro melhor desde que os dados começaram a ser registrados, em 1995.

Outro relatório, da consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC), apontou que o número de fusões e aquisições no Brasil em 2015 diminuiu 16% quando comparado com o ano anterior.

Mas, se consideradas apenas as negociações fechadas por investidores estrangeiros no país, o número sobe 1%, de 338 em 2014 para 342 em 2015. Pela primeira vez, desde que o relatório começou a ser feito, mais acordos foram firmados por investidores de outros países do que por brasileiros.

A consultoria Control Risks vê oportunidades em uma série de setores, como infraestrutura, energias renováveis, serviços, saúde e educação. “O Brasil é um país imenso, com grandes necessidades em áreas básicas, como infraestrutura. O novo ciclo de desenvolvimento vai exigir investimentos e o governo vai trabalhar para melhorar os incentivos e o retorno para os investidores”, afirma Aalbers.

Depois de atingir, em janeiro, o menor valor desde 2008, o Índice Bovespa, principal indicador da bolsa de valores de São Paulo, teve alta de mais de 23% nos primeiros meses deste ano, e se tornou um dos investimentos com a melhor performance do mundo em 2016.

A alta foi influenciada pelo avanço do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, já que o fim do impasse político é visto pelos investidores como um importante passo rumo à retomada do crescimento da economia.

Caio mesquita

Fundador da consultoria independente de investimentos Empiricus, Caio Mesquita acredita que o mercado deve reagir positivamente à mudança de governo. **Divulgação**
Caio Mesquita, fundador da consultoria independente de investimentos Empiricus, diz que o mercado deve continuar a reagir positivamente à mudança de governo.

“O que vai acontecer daqui pra frente depende muito do tipo de governo que será formado, mas, de qualquer forma, se você tem uma visão de longo prazo, é um bom momento para investir no Brasil.”

Aalbers, da Control Risks, vive no Brasil há 18 anos e diz que há duas maneiras de olhar para o país. “A primeira é com euforia, como vimos durante o boom do país. A segunda, é com realismo.

Os riscos e custos de fazer negócios no Brasil são altos e continuarão sendo pelo menos por um tempo. Os investidores que estiverem preparados para entender o cenário e absorver esses custos, terão sucesso.”

Salário mínimo "necessário" é de R\$ 3.716,77, diz Dieese

16/05/2016 - Fonte: Exame



O salário mínimo no Brasil teria que ser de R\$ 3.716,77, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). É este o necessário "para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência", diz a instituição.

O valor calculado para o mês de abril caiu em relação a março (R\$ 3.736,26) e é o mais baixo deste ano até agora.

Ainda assim, é 4,2 vezes maior do que o salário mínimo atual (R\$ 880). Em abril de 2015, o salário mínimo necessário (R\$ 3.251,61) era 4,1 vezes maior do que o mínimo então em vigor (R\$ 788).

A lei determina que o reajuste anual do salário mínimo tem como base a soma da variação do INPC (inflação para população de baixa renda) no ano anterior, acrescido da taxa de crescimento real do PIB dois anos antes.

Já que o PIB ficou parado em 2014 e teve queda em 2015, o que deve se repetir em 2016, o próximo aumento real ficará no mínimo para 2019.

Em um vídeo, o economista Carlos Eduardo Gonçalves explica quais seriam as consequências práticas se o salário mínimo "necessário" fosse estabelecido por lei:

"O que vai acontecer com a pessoa hoje empregada que ganha um salário baixo? (...) Você acha que elas vão continuar todas empregadas ganhando R\$ 3.700 ou elas vão ser mandadas embora porque a contribuição delas pro produto final da empresa não vale esses R\$ 3.700?".